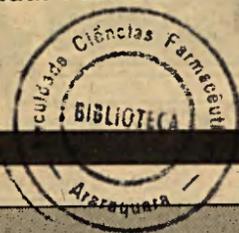


Jornal da

unesp

Universidade Estadual Paulista
Maio/88
Ano III — nº 26



**A Universidade
vai ao
ensino de
1.º e 2.º graus**

Páginas 4, 5, 8 e 9

Quadro Negro

QUAL É A COR DO CAVALO BRANCO DO NAPOLEÃO? COR-DE-BURRO QUANDO FOGUE DA ESCOLA



por TRULZARUSO

**SE O PREÇO DA LIBERDADE
É A ETERNA VIGILÂNCIA,
O DA LIBERDADE VIGIADA É A**

**GANÂNCIA DA NOSSA
INICIATIVA PRIVADA!**

TA' DANDO
PRA VER ALGUMA
COISA?

AS MENSALIDA-
DES ESCOLARES JÁ
ULTRAPASSARAM A
INFLAÇÃO!!



**UMA QUESTÃO DE
ORDEM (ECONÔMICA!)**

JÁ QUE É PRA CORTAR
O DÉFICIT PÚBLICO, QUE
TAL ACABAR COM TODOS
OS MINISTÉRIOS?

A FINAL, O PAÍS TEM
PROVADO QUE CONTINUA,
APESAR DOS GOVERNOS
QUE SE SUCEDEM...



**CORRUPÇÃO
A GENTE APRENDE
NA ESCOLA!**



DROGAS!

JORNALEIRO

SEXO!

**BOLSAS DE
ESTUDO A PREÇOS
MÓDICOS!**



unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Outra Unidade: Instituto de Física Teórica (São Paulo)

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Antenor Araújo, Antonio Christofolletti, Antonio Espada Filho, Antonio Gilberto F. Fernandes, Antonio Quelce Salgado, Carminda da Cruz Landim, Fernando Mesquita Lara, Jogi Ariki, José Ribeiro Júnior, Lourival Larini, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzetto, Nilo Odália, Ricardo Antonio de Arruda Veiga, Tatsuko Sakma, Waldemar Saffiotti, Waldir Gandolfi e Willian Saad Hossne.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantonio, Jehud Bortolozzi, Manoel Dias Martins e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Antonio Carlos Busoli, Erler Schall Amorim, Gildo Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Carlola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati,

Gerson Munhoz dos Santos, José Perozim, Luis Antonio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Márcio Antonio Teixeira, Reynuncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antonino Kimaid, Arlêta Nogueira Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araújo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Aírton Camplesi, Alberto Ney Fleitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Edevaldo Donizete dos Santos, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Reinaldo Teixeira de Oliveira, Sérgio Grosso e Waldemar Pessoa da Cruz.

CEETPS: Oduvaldo Vendrameto

FAESP: José João Auad Júnior

FIESP: Horácio Lafer Piva

FCESP: Abram Szajmam

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4.º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 92-7757.

Redação: José Roberto Ferreira (MT - 17.039) - editor; Adriana Machado, Kátia Saisi e Denise Pellegrini Montes.

Arte: Celso Pupo

Fotos: Clóvis Ferreira Lima

Tiragem: 17.400 exemplares

Composição, Fotolito e Impressão: Cia Editora Jorúes.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

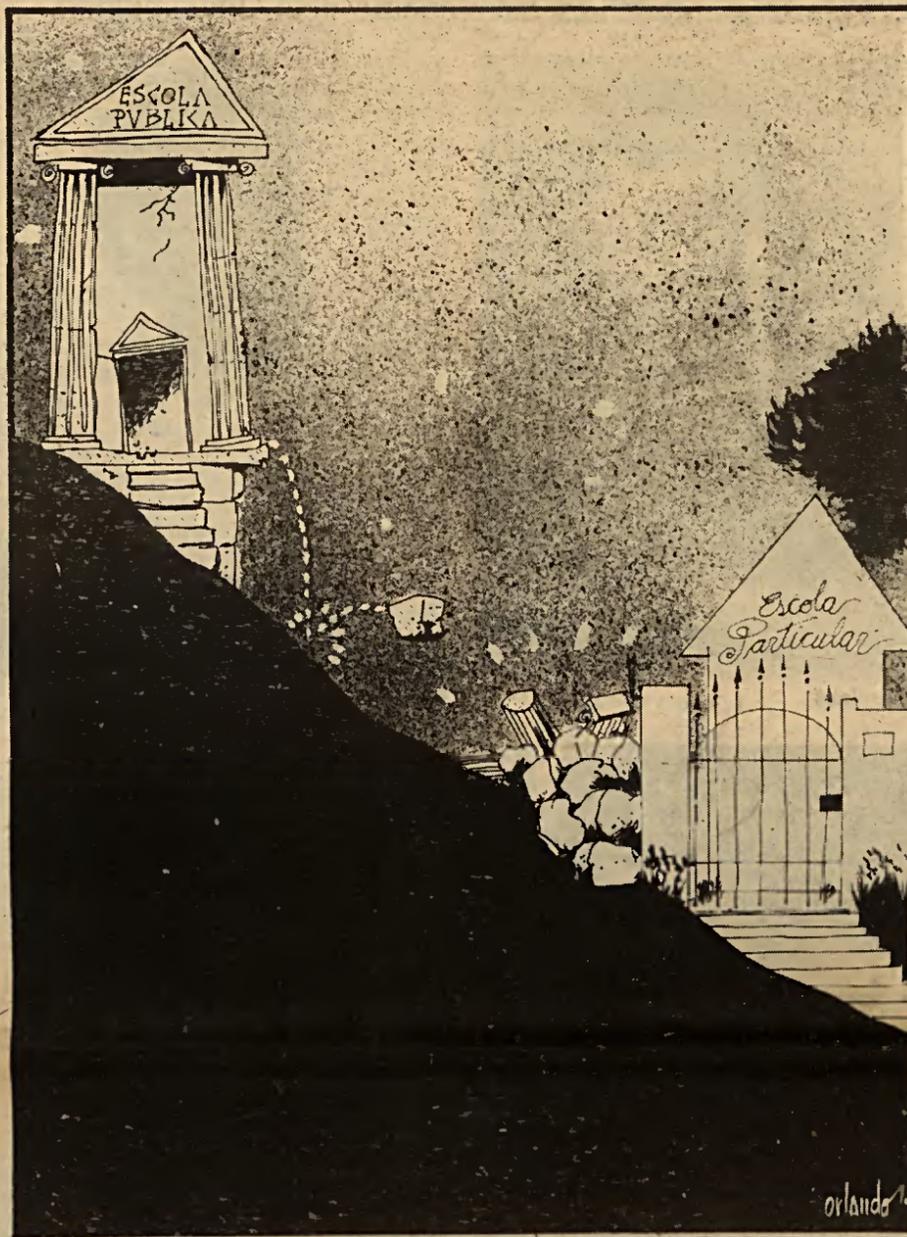
Confusão de prerrogativas

No momento, parece-nos importante propor, embora sucintamente, algumas questões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.), para adiantar um assunto que, só formalmente, é posterior à fixação do novo texto constitucional. Na verdade, se existe precedência formal da Constituição em relação à L.D.B., é preciso não esquecer que, ao firmar algumas posições sobre esta (L.D.B.), estaremos, ao mesmo tempo, acrescentando maior número de elementos para situar nosso ponto de vista em relação àquela (Constituição). É oportuno, também, repor alguns temas já avaliados durante a Campanha em Defesa da Escola Pública porque, apesar de tudo, ainda continuam presentes, de uma forma ou de outra, na posição de grupos interessados em diminuir a força da esfera pública nos assuntos educacionais.

Um dos temas recorrentes consiste na cansativa arenga sobre o "monopólio do Estado" no campo educacional, do que deriva a fastidiosa defesa de certa "liberdade de ensino".

Toda a história da educação brasileira demonstra que não houve, por parte do Estado, qualquer forma de monopólio sobre a educação; nem mesmo posição de indivíduos ou grupos, com grande força de pressão, capazes de defender o monopólio do Estado. O que tem sido aceito, como consenso, é a norma segundo a qual o ensino, nos diversos graus, deve ser ministrado pelos poderes públicos; respeitadas as leis que regulam o ensino brasileiro, a iniciativa particular está liberada para criar e manter escolas. Não há, portanto, nem monopólio nem cerceamento da liberdade de ensino.

O que estamos verificando, pelo contrário, é a posição cada vez menor do Estado nos assuntos educacionais, chegando-se ao ponto de identificar uma nefasta inversão: a de o Estado assumir apenas um papel supletivo, eximindo-se de seu dever maior que consiste em proporcionar aos cidadãos o direito de se educarem. É imprescindível opor barreiras à pretensão de instalar o alheamento e a indiferença do Estado frente aos inúmeros problemas educacionais; pretensão que, além de inaceitável, é injusta. Só o Estado tem suficiente interesse, organização e poder para desencadear e sustentar o processo do desenvolvimento nacional, processo esse capaz de coordenar a criação e manu-



tenção de uma rede ampla e diversificada de instituições educativo-escolares para a população, em íntima relação com os ideais de uma sociedade democrática, e de modo que, integrados esses esforços, aquele desenvolvimento resulte na melhoria, substancial, das condições de vida da grande parcela do povo brasileiro. De qualquer modo, está claro que essa relação, necessária para o futuro do país, não pode ser deixada ao arbítrio da iniciativa particular. Destaque-se, na relação, a educação do povo.

As fantasias criadas a respeito do monopólio do Estado e à liberdade de ensino evaporam-se facilmente quando se mencionam dois dados principais: de um lado, o considerável aumento quantitativo das escolas particulares em todos os graus escolares, especialmente no ensino superior, o que vem ocorrendo continuamente; de outro lado, a quase completa omissão dos poderes públicos, quer no planejamento dessa expansão, quer na sua fiscalização.

Na verdade, o principal móvel da pregação contra um suposto monopólio do ensino, bem assim o da pregação de uma suposta inexistência de liberdade do ensino encontra-se no interesse de obter cada vez mais benefícios do Estado, basicamente, favores financeiros, as subvenções de toda ordem. Na realidade, o que os interesses privatistas pretendem é atribuir ao privado as prerrogativas do público, conservando, além disso, os padrões de atuação que são próprios da iniciativa particular. Não é demasiado declarar que, nesse sentido, à iniciativa privada apetece usar o Estado como instrumento para seus desígnios; nem é fora de propósito afirmar que deseja transformar o Estado numa generosa casa bancária que faz empréstimos a fundo perdido. Aliás, não é outra a explicação a ser dada à pretensão das escolas particulares de pleitearem, recentemente, junto ao Poder Público, para que este se responsabilize, com recursos financeiros, por 30% do orçamento das escolas superiores particulares, bem como com 50%

do orçamento das escolas (particulares) confessionais. Do nosso ponto de vista, é inprocedente financiar a rede de escolas particulares com verbas públicas; é injusto desviar estes recursos para a escola particular que serve a uma clientela, de qualquer modo, privilegiada do ponto de vista financeiro. A escola pública continua sendo a instituição que possibilita oportunidades de estudos para a grande massa da população; dividir os poucos recursos, que deveriam destinar-se à indiscutível necessidade de ampliação e aperfeiçoamento do ensino público, significa o desejo inconcebível de retirar do Estado uma de suas principais missões.

Que fique claro que não somos contra a iniciativa privada no campo educacional desde que, como dissemos, se cumpra, com o máximo rigor, a seguinte norma: aos poderes públicos cabe ministrar o ensino nos diferentes graus; a iniciativa particular pode criar e manter escolas com seus próprios recursos, respeitadas as leis que regulam o ensino no país, prevendo-se, para este caso, legislação suficientemente clara e rigorosa, bem como bastante eficaz nos seus efeitos. Enfim, deve o Estado Democrático manter soberania nos assuntos educacionais e, também, impedir a avidez dos interesses privatistas. Assim sendo, evitará qualquer confusão entre o público e o privado; especificamente, desautorizará a concessão de categoria pública às iniciativas privadas no terreno educacional. Como sabemos, o privado age com uma lógica que lhe é própria; nada autoriza a supor, mesmo remotamente, que terá a generosidade de distribuir a educação de boa qualidade e sem fins lucrativos para todos aqueles que dela necessitam e independentemente de preconceitos de cor, riqueza e ideologia.

Não podemos permitir que se desmoralize a escola oficial pelo descaso dos poderes públicos e pela propaganda da escola privada. Rememoremos a mensagem-advertência de Caruso, no número anterior deste Jornal, muito valiosa, especialmente para os dias atuais. É preciso combater todas as manobras visando — como bem disse Anísio Teixeira — à "oficialização" de escolas particulares, mesmo porque significa atribuir ao privado as regalias do público. A verdade é que o particular não é convocado a agir como público; a sua convocação é para agir, dentro do público, em caráter privado. De forma alguma, esta é uma posição democrática.

Núcleos de Ensino já estão nas unidades

Os Núcleos de Ensino da UNESP foram implantados em oito unidades.
É mais um desafio a ser vencido pela Universidade.

O editorial publicado na edição de agosto de 1986, deste *Jornal*, sob o título "A expansão e o desenvolvimento da UNESP: a propósito da criação de novos cursos", deu início a uma discussão que só recentemente chegou de forma materializada ao conjunto da Universidade: a sua relação com os graus de ensino que a precedem.

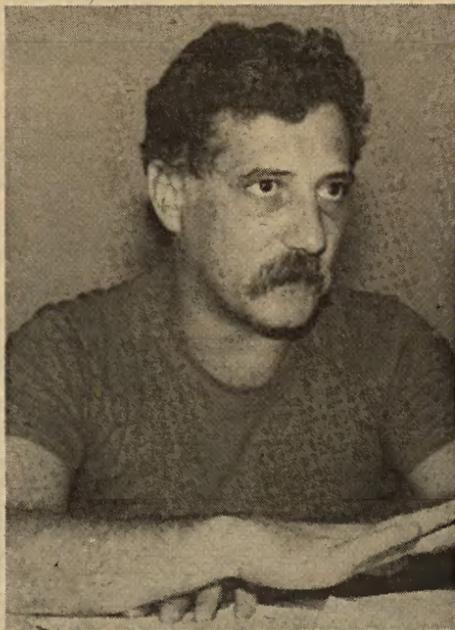
Naquela ocasião, o artigo afirmava que cabe à UNESP inquietar-se com o pequeno crescimento das escolas de 2º grau estaduais, do que derivam sérias conseqüências para o ensino superior. Para mais adiante concluir: "Não é demais pensar-se nos trabalhos que podem ser realizados de comum acordo com a Secretaria da Educação, a fim de encontrar modos de atuação, nas regiões administrativas do Estado, orientados para a criação e o assessoramento de pré-escolas e para a melhoria da qualidade do ensino de 1º grau, incluindo, neste último caso, a maior permanência da criança na escola".

Foi a partir dessa constatação que o reitor Jorge Nagle convidou o professor Odair Sass para desenvolver aquela proposta. Daí nasceu o projeto que cria no âmbito da Universidade os Núcleos Regionais de Ensino. Ao professor Odair, se juntaram os professores Ivan Russeff, Fernando Casadei Salles e Carlos Kater que, hoje, respondem pelo Núcleo Central de Ensino.

Para o professor Odair, a criação dos núcleos não traz grandes novidades em termos de preocupações, tanto da parte da rede pública de ensino, que cobra sistematicamente um vínculo mais forte com a universidade, quanto da parte da universidade, que tem interesse em trabalhar com a rede oficial de ensino, com a qualificação do ensino público. A proposta dos núcleos é sistematizar uma atividade que já é desenvolvida, mas de maneira desorganizada e pontual, pela universidade. Eles têm por objetivo transpor o nível mais sensível dessas atividades. É, acima de tudo, completa o professor, um despertar da vontade política dos professores para atuarem junto ao ensino de 1º e 2º graus estadual.

Para o professor Odair, uma das missões históricas da universidade é com a qualificação do ensino que a antecede. No entanto, a história da Educação no Brasil mostra que por uma série de motivos políticos, passo a passo, ano a ano, foi se consolidando um divórcio entre a universidade e o ensino de 1º e 2º graus. No período pós-68, essa separação foi acentuada, por causa das mudanças políticas e, por via de conseqüência, das reformas do ensino.

Mesmo assim houve, de forma isolada, ações de professores ou de grupos que tentaram resgatar aquela missão da universidade. Odair considera importante acentuar essa questão no momento de implantação dos núcleos, porque demonstra que a proposta não é original e tampouco tem a concordância de todas as pessoas ligadas à Educação, hoje, no Brasil. Muitos educadores vêem a proposta dos núcleos como uma duplicação de esforços ou uma substituição que a Universidade fará de órgãos que deveriam estar administrando essa questão. O professor condena esse modo de pensar. "É uma maneira canhestra de enxergar o problema da relação da universidade com a rede pública de ensino e,



Odair Sass



Ivan Russeff



Carlos Kater



Fernando Casadei Salles

também, não valoriza a discussão sobre a autonomia universitária", afirma.

QUALIDADE

O professor Ivan Russeff coloca sua experiência como professor do ensino secundário a serviço do projeto de criação dos Núcleos Regionais de Ensino da UNESP. Para ele, enquanto a universidade tiver essa expectativa apontada pelo professor Odair, a rede pública deve entender os núcleos como forma de qualificar o ensino. Não se trata — diz Ivan — de resgatar qualidade. Porque nunca houve qualidade. E acentua: "A qualidade do ensino está sendo trabalhada ao longo dos últimos 20 anos em cima da abertura democrática da escola pública. Essa democratização implicou um ensino massivo e a qualidade está por se realizar".

A aproximação do ensino secundário com a universidade tira dos professores, na opinião de Ivan, essa visão obscurantista de que ele não deve trabalhar com projetos e propostas. Para esses professores, os problemas se dão em nível de sala de aula e a universidade não tem nada a lhes dizer. Discordando desse princípio, o professor considera que isso é fruto de uma orfandade que foi muito

cultivada ao longo dos últimos anos, em que a universidade se afastou do ensino fundamental e médio, e que agora recorre em repulsas à ela. O raciocínio é o seguinte: "já que a universidade nos deixou desamparados, agora vamos encontrar uma saída para esse impasse pela nossa própria mão, pelo nosso próprio embate, pelas relações em sala de aula".

Ivan Russeff considera, no entanto, que a criação dos núcleos acalenta uma parcela da categoria que está interessada em se aproximar da universidade não pelos cursos de 30 horas promovidos pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas — CENP, através de convênio da Secretaria da Educação com a Universidade. O que essa parcela deseja é uma maior interação com a universidade, via projetos de acompanhamento de trabalho. Os núcleos separarão os tradicionais cursos de reciclagem, se preocupando muito mais em desenvolver projetos, que acompanhem par e passo, o trabalho do profissional na sala de aula.

E, nessa medida, é evidente que a própria universidade se beneficie, porque o trabalho com a rede pública acaba repercutindo em nível das suas discussões internas sobre a formação que a universidade está promovendo de futuros docen-

tes, sobre a reestruturação dos seus cursos de licenciatura e redefinindo as metas da universidade com relação à rede pública. "Os núcleos serão um caminho de duas mãos", explica Ivan.

PROBLEMAS

A análise da questão educacional revela que alguns problemas da estrutura atual do ensino são muito semelhantes ao que era discutido na década de 40. O que hoje se denomina evasão escolar e que antigamente se denominava deserção da escola é a mesma situação. O início da escola de 1º grau continua sendo um problema. A passagem da quarta para a quinta série, outro problema. A relação do final do 2º grau com o 3º grau, também. Há, ainda, um dado novo muito significativo: para o professor Odair, não há como negar que nos últimos 20 anos, ao lado do desenvolvimento econômico do país, houve um crescimento da procura pela escola pública.

O avanço econômico exigia um maior acesso à escola. Estudos realizados por educadores indicam que houve um descompasso entre o desenvolvimento econômico e a evolução das vagas nas escolas e, ainda, que a evolução havida não foi acompanhada de uma relação qualitativa do ensino. Essas constatações, no entender de Odair, são suficientes para que tanto a universidade quanto os professores que estão na rede pública, entendam que não se conhece, hoje, com exatidão, o perfil dos alunos do 1º grau, apesar do conhecimento dos problemas gerais que os afetam. Ao descobrir quem é esse aluno que hoje chega à rede estadual, todas as suas dificuldades de aprendizagem, todo repertório cultural com o qual entra na escola, os professores estarão dando um passo à frente no entendimento da diferença da deserção de 40 e a evasão de hoje, afirma Odair.

Para exemplificar que a qualidade de ensino que se aspira hoje não é a mesma do passado, o professor Ivan busca um exemplo na área da linguagem. Ontem, a qualidade de ensino da Língua Portuguesa, era o domínio integral da norma culta, hoje a qualidade é dominar essa norma culta concomitantemente à sua variante dialetal, quer dizer, essa qualidade é um dado político, é um dado histórico. São esses tipos de problemas que os núcleos irão atacar, "a qualificação da escola pública, passa por uma compreensão da história da escola", afirma Ivan.

Para o professor Carlos Kater, a história do desenvolvimento das relações de ensino está vinculada "aos pioneiros da nova educação que, em 1932, liderados por Anísio Teixeira, reivindicavam, entre outras coisas, uma escola leiga, obrigatória e única". Naquele momento de nacionalismo exacerbado, "mas num momento de consciência do nacional", foi tentado, segundo Kater, a recuperação de um projeto que se encontrava na ocasião de forma mosaica e desarticulada e absolutamente criticável.

"As clausuras criadas naquele tempo, na visão do professor, serviram de abrigo para as instituições que hoje administram a Educação." Um passo importante a ser dado pelos núcleos será um contato junto às diferentes realidades que constitui a rede de ensino oficial.

Ampliar a discussão com outros segmentos do ensino é a meta

A escola que serve a clientela brasileira dos anos 80 exige um tipo de posicionamento perante o saber, que não é o mesmo de 40 anos atrás. Para Ivan este é o grande desafio que está perpassando as indagações pedagógicas, metodológicas, de discussão de conteúdos programáticos e para onde aponta o trabalho dos núcleos. Eles deverão estar empenhados nessa concepção.

Foi a discussão de princípios que, o Núcleo Central da UNESP, num primeiro momento, levou para os professores das unidades da Universidade que se interessaram em discutir a proposta de criação dos Núcleos Regionais. Primeiro os professores Odair e Ivan estiveram nas unidades de Rio Claro, Rio Preto e Jaboticabal. Posteriormente em Araraquara, Assis, Botucatu, Franca e no Instituto de Arte do Planalto, o IAP.

O professor Ivan considerou essa primeira fase de implantação dos núcleos salutar. Porque antes mesmo de discutir os procedimentos de implantação foi importante a discussão de princípios; para que vem o núcleo, qual o nível de atuação do núcleo dentro da universidade, e da universidade para a escola pública ou para os ensinos precedentes à universidade e a relação dos núcleos com os departamentos. Na medida que os professores do Núcleo Central iam percorrendo as unidades para discutir a proposta da Reitoria, colhiam uma gama de material, o que ajudou, inclusive, na redefinição de alguns princípios inicialmente propostos. A identificação das características do ensino local foi um dos resultados que saíram das primeiras discussões. Diagnosticar os problemas da Educação da comunidade em que está inserido o núcleo, para só depois, de posse dessas informações, trabalhar com o projeto de melhoria de ensino e de acompanhamento do trabalho dos professores, sintetiza a tarefa dessa primeira fase dos oito núcleos em implantação.

Na medida que os núcleos desencadearão um conjunto de ações visando a solução dos problemas educacionais, eles certamente estarão criando uma nova proposta de política educacional para o Estado de São Paulo. No momento, os mais diversos estudos mostram que não há uma clara concepção do que seja a escola de oito séries do 1º grau. Os núcleos, ao aprofundarem conhecimento sobre essa questão, vão provocar a universidade como um todo no sentido de uma posição em relação a essa seriação.

Odair ressalva que a elaboração de uma política educacional não está clara para os integrantes do Núcleo Central. Mas, sem nenhuma dúvida, o desenvolvimento concreto dos núcleos deve apontar nessa direção. Os núcleos, nesse esforço de qualificação e trabalho cooperativo com a universidade e a rede de ensino precedente, acabam elaborando projetos que apontam para o desenvolvimento da Educação no que ela tem de genérica e no que tem de sistêmica, em nível regional. Não é sem razão que o núcleo se chama regional. Ele terá uma atuação regional a partir das expectativas da Secretaria, e expectativas do trabalho com o 1º e 2º graus. E não núcleo de ensino regional. Não é para regionalizar o ensino a interação da universidade com a rede pública.

O professor Odair conta que a proposição dos núcleos foi discutida de ma-

neira geral e ampla nas unidades, onde houve uma manifestação de interesse. E foi discutindo de uma maneira aberta com os professores interessados em desenvolver trabalho junto ao ensino que foram surgindo os núcleos. Esta forma gerou distintas posições, distintos interesses em termos de atuação num espectro que vai, em alguns casos, da pré-escola ao 2º grau.

Nesse sentido, a formação dos núcleos apresenta uma dificuldade, que na opinião de Odair tem que ser enfrentada coletivamente, que é a de fazer certos ajustes quanto aos temas a serem pesquisados ou já conhecidos. A perspectiva de superar essa dificuldade está colocada para os professores do Núcleo Central, a partir da discussão de uma nova política educacional. Para Odair, essa política deve contribuir em distintas regiões com planejamento, organização curricular e programas pedagógicos. Assim, vai permitir a evolução dos sistemas regionais e superar aquela dificuldade apontada ou a constatação que é a inexistência de um sistema de ensino público — sem aspas — na sua plenitude.

E a configuração desses sistemas regionais de ensino implicam numa articulação efetiva e gradativa desde a pré-escola até o 2º e 3º graus. Um sistema onde haja uma passagem, onde haja uma articulação entre esses distintos graus do conhecimento, do desenvolvimento humano e profissional. Mas, toda esta integração, prossegue Odair, configura um sistema regional de ensino, o que não significa dizer um ensino regionalizado.

Para o professor Ivan, essa questão não se resolve com pontos conceituais. Na rede pública — diz — “nós estamos lidando com esse impasse da descentralização, nesta tendência regionalizante do ensino, sem perder de vista o caráter sistêmico da rede. A ousadia é tamanha que nós estamos propondo agora a autonomia da escola”. A autonomia, na opinião de Ivan, não significa o divórcio da escola com o sistema de ensino, ao contrário, é forma de fazer com que a própria escola gerencie esse sistema no seu particular.

A proposta do núcleo, nesta primeira etapa de trabalho, é justamente a realização de um diagnóstico, que visaria detectar aquilo que é genérico e também as particularidades do ensino, tal como ele se realiza em cada região.

Para Odair, os núcleos têm a pretensão de desenvolver duas dimensões, características da própria universidade: uma é a produção de conhecimentos na área de educação; a outra é de atuar numa dimensão de intervenção nos problemas de ensino público.

O caráter interdisciplinar precisa ser destacado. Não é a interdisciplinariedade no sentido apenas teórico, mas na ação, ou seja, os professores ligados às áreas de Ciências, de Matemáticas ou da área da Língua Portuguesa, da UNESP, têm o que dizer sobre o processo de alfabetização. E o núcleo está aberto para ouvi-los e discutir com maior profundidade a questão do ensino, como também a própria concepção da proposta que agora chega às unidades.

Sobre os núcleos, leia também as entrevistas nas páginas 8 e 9.

Uma Lei de Diretrizes e Bases para cada Estado

JORGE NAGLE

A questão pode ser proposta de modo simples.

Quando está em curso uma reforma constitucional federal, cada Estado se movimenta para rever a sua Constituição. Tanto num caso como em outro, o que se busca é traçar o novo quadro das regras maiores da convivência social. Ao traçar o novo quadro para o país (Constituição Federal), este vai servir de parâmetro a cada Estado para estabelecer as normas mais ajustadas à sua história e às suas peculiaridades. Deve-se notar que tal movimento resulta de uma fonte mais abrangente: o princípio federativo. É por esta mesma razão que a legislação básica federal não deve coibir adaptações e desdobramentos por parte das unidades federativas, quando da formulação de projetos constitucionais estaduais.

O que nos preocupa no momento são os preceitos gerais sobre educação a serem fixados pela nova Constituição Federal. São estes que, uma vez estabelecidos, darão origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B./N.).

De acordo com a tradição brasileira, promulgada a L.D.B./N., segue-se a elaboração do Plano Nacional de Educação, bem como dos Planos Estaduais da Educação. Esta tem sido a maneira tradicional de reflexão e de ação no campo educacional, que precisa, urgentemente, ser alterada.

O que precisa mudar?

Do nosso ponto de vista, cada Estado deve elaborar sua própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Estadual (L.D.B./E.) — claro, sempre a partir do que preceitua a L.D.B./N. (Embora seja uma situação interessante, não vamos discutir, agora, o caso de cada Estado anteceder-se à União, baseando-se nos preceitos constitucionais federais).

Na verdade, não existe argumento que justifique por que os Estados não possam estabelecer suas respectivas L.D.B. Da mesma forma que a uma nova Constituição Federal corresponderá uma nova Constituição Estadual, a uma nova L.D.B./N. devem corresponder tantas leis de diretrizes e bases da educação, quantos são os Estados (L.D.B./Es). O mesmo princípio e a mesma questão são propostos neste caso: o princípio continua sendo o federativo; a questão continua sendo o ajustamento desse “código da educação” à história e às peculiaridades de cada unidade federativa. De qualquer modo, ao código da educação do ensino brasileiro deveria corresponder um conjunto de códigos estaduais de educação. Devemos observar que só assim se completariam as etapas do processo de construção educacional para os Estados: a) Constituição Estadual; b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Estadual; c) Plano Estadual de Educação. A falha até hoje observada — inexistência de L.D.B. específicas para os Estados — tem impossibilitado que cada unidade federativa tenha seu próprio código de educação, o que, por sua vez, impede de fixar linhas mestras próprias que norteiem o Plano Estadual de Educação. É também por esse caminho que fica garan-

tida a autonomia dos Estados, que pode alcançar até a autonomia dos Municípios. Circunscrevendo a análise, por enquanto, ao nível estadual, poderemos então falar, propriamente, de sistema estadual de educação em particular, atribuindo à ação de cada Estado o comando da educação em seu território.

Observamos, sob este aspecto, que da nossa tradição centralizadora tem resultado a grande dificuldade para a formulação de sistemas estaduais de educação, até pela confusão entre código de educação nacional e leis federais exclusivas para o sistema de ensino federal, incluindo uniformidades que matam, pela raiz, quaisquer tentativas absolutamente necessárias de diversificação e de ajustamento às condições regionais (estaduais) ou mesmo locais (intermunicipais ou municipais).

Se a posição aqui adotada for válida — como acreditamos que seja — então, pelo menos a seguinte questão precisa ser posta: urge que cada Estado inscreva na respectiva Constituição dispositivo sobre elaboração da L.D.B./E. Este alerta é importante, desde já, porque promove uma preocupação maior dos Estados, quer com os novos preceitos constitucionais federais, quer com a forma e o conteúdo da futura L.D.B./N., pelo menos no sentido de que não tolham as futuras iniciativas estaduais, nem invadam sua esfera de competência. Além disso, promove um mais sistemático acompanhamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e, também, dos trabalhos que comecem a se desenvolver sobre a futura L.D.B./N. Especialmente neste último caso, poderemos impedir que esta se transforme em legislação minuciosa, que chegue mesmo a apresentar normas mais condizentes com regimentos, até em nível de escola. De fato, assim ocorreu com a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Superior (Lei Federal n.º 5.540/68); mais ainda, com Lei do Ensino de 1º e de 2º graus (Lei Federal n.º 2.692/71).

Cabe a cada Estado, em consequência do próprio princípio federativo, incluir em sua Constituição a obrigação de, por lei complementar, formular a sua própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Se esta inovação não for contemplada, cada Estado terá colocado para si mesmo uma autolimitação imperdoável, além de ferir, profundamente, a fonte primeira da organização federativa. Lembremo-nos, contudo, que pode prevalecer um certo gosto, doentio, é verdade, pela mutilação das prerrogativas estaduais — daí o alerta que deve ser dirigido às Assembleias Constituintes estaduais, bem como aos Conselhos Estaduais de Educação, aos educadores em geral e a todos aqueles que se preocupam com as questões educacionais.

Lembremo-nos, enfim, de que a Lei de Diretrizes e Bases estadual é instrumento realizador da norma federativa, concretizando postulados democráticos e fornecendo condições jurídico-formais para o respeito à autonomia e à descentralização, tudo isso convergindo para que sejam distribuídas responsabilidades compatíveis com a grandeza e a diversidade do país.

Iniciado projeto educacional sobre AIDS

Esclarecer funcionários, professores e alunos sobre o que é a doença, como se transmite e como evitar contágio. É esse o objetivo de um projeto educacional que começa a ser desenvolvida na UNESP, através de palestras e distribuição de material informativo. A primeira foi realizada em São Paulo, no dia 7 de abril, na sala do Conselho Universitário, reunindo mais de 100 servidores da Reitoria. A idéia é dar continuidade ao trabalho, estendendo-o para todos os campus da Universidade.

A palestra inicial ficou a cargo do professor Paulo Eduardo de Abreu Machado, diretor do Hemocentro, uma unidade do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu. Considerado centro de referência da Secretaria do Estado da Saúde e do Ministério da Saúde, na parte de hemoterapia e hematologia, o Hemocentro de Botucatu realiza testes de controle sorológico para AIDS. Além dele, na UNESP, esses testes são também feitos nos laboratórios da Faculdade de Ciências Farmacêuticas do campus de Araraquara.

O QUE É A DOENÇA

Segundo o professor Paulo Machado, a AIDS é uma doença viral cuja origem ainda não foi plenamente identificada. A hipótese mais provável é que tenha surgido na África, sendo trazida para a América por haitianos, de onde se espalhou para o resto do mundo. O trajeto da doença, assim como a atuação do vírus no organismo, são bastante conhecidos.

No caso do vírus da AIDS, o HIV — nome oficial — ataca o sistema imunológico e destrói a capacidade natural do corpo humano de se defender de infecções causadas por fungos, vírus e bactérias. “No sangue — explica o professor — existem vários tipos de glóbulos brancos responsáveis pela defesa do orga-

nismo contra corpos estranhos: os linfócitos T, que identificam o invasor; os linfócitos B, que produzem anticorpos, e as células fagocíticas que, como o próprio nome indica, devoram esses organismos. O vírus da AIDS ataca justamente esse sistema, pois penetra nos linfócitos T que comandam a defesa”. Isso se dá porque o HIV — também conhecido por HTLV ou LAV — é um “retrovírus”, ou seja, ao contrário das células do corpo humano que a partir do DNA de seu núcleo produzem RNA, ele contém RNA em seu núcleo, que transforma em DNA. Esse processo “invertido” facilita sua fixação no genoma da célula linfocítica e inibe sua ação, gerando a inumodeficiência do organismo. Assim, surgem as chamadas “infecções oportunistas”, que se instalam aproveitando-se da debilidade do sistema imunológico da pessoa. “É por isso que infecções banais, como o ‘sapinho’, por exemplo, inofensivas para qualquer pessoa, podem levar à morte”, comenta o professor Machado.

Os principais sintomas da AIDS são a perda de peso sem motivo aparente; cansaço persistente, não relacionado a esforço físico; gânglios por todo o corpo, durante mais de três meses; tosse crônica, diferente da provocada pelo hábito de fumar; febre persistente por mais de um mês; diarreia constante por mais de um mês; suores noturnos; manchas esbranquiçadas na boca (“sapinho”); manchas na pele arroxeadas ou avermelhadas, elevadas, duras e não dolorosas. O aparecimento desses sintomas pode levar entre alguns dias e alguns anos. O período médio é de quatro anos.

CONTÁGIO EVITÁVEL

Apesar dos mecanismos de atuação e os sintomas da doença serem bastante conhecidos, ainda não é possível combatê-la, pois o vírus da AIDS é mutável. “Para se ter uma



Paulo Machado, diretor do Hemocentro

idéia das diferentes configurações que adquire, só no Brasil existem três tipos de testes para detectar sua presença no sangue”, explica o professor. “É por isso também que não há perspectivas de se descobrir uma vacina que atinja um elemento tão mutante, assim como não há para o vírus da gripe”.

De qualquer maneira, “é possível evitar a doença”, afirma o professor. A transmissão se dá exclusivamente pela relação sexual (oral, vaginal ou anal), pelo uso de agulhas ou seringas de injeção contaminadas, por transfusão de sangue e pela mãe contaminada ao filho, durante a gestação, parto e aleitamento materno. “Não há perigo de se contrair AIDS por picadas de insetos, por contato social, como beijo, abraço etc., pela sali-

va, suor e lágrima, em situações de contato normal, pelo uso de banheiros, piscinas e saunas, ou pelo uso de transportes coletivos e frequência a locais públicos”, garante o professor Machado.

Por isso, a orientação básica para evitar o contágio é que “se procure manter um relacionamento sexual mutuamente fiel com um único parceiro, além de usar preservativos nas relações sexuais”. O professor Paulo Machado também recomenda só usar agulhas e seringas descartáveis ou esterilizadas corretamente, bem como doar sangue em bancos autorizados, exigindo materiais descartáveis, também no caso de exames laboratoriais. Caso seja necessário receber transfusão de sangue, o receptor deve certificar-se de que o sangue foi testado para detectar anticorpos contra o vírus da AIDS.

Para as mães que não podem amamentar seus filhos, o professor recomenda que não deixem que qualquer outra pessoa o faça. “Elas devem procurar um banco de leite materno autorizado ou usar leite em pó de acordo com orientação pediátrica”.

Outra precaução, válida para todos, é não emprestar ou tomar emprestado objetos pessoais que possam ter tido contato com sangue, ou outras secreções corporais como escova de dentes, lâminas de barbear, alicates de unha, navalha etc.

O professor Paulo Machado garante que, no caso da AIDS, “a única alternativa para frear o alastramento da doença que hoje, segundo estatísticas médicas, já contaminou mais de 1 milhão e 200 mil pessoas só no eixo Rio-São Paulo, proliferando-se numa proporção quase que geométrica, é uma mudança comportamental, tanto em termos pessoais como sociais, através da exigência de controle de bancos de sangue, por exemplo”, conclui o professor.

Centros integram extensão ao ensino e à pesquisa

Aproveitar o atendimento à comunidade — recurso utilizado largamente pelas faculdades de odontologia visando a formação curricular dos alunos — como fonte de aperfeiçoamento e de realização de trabalhos mais sistemáticos em torno da própria odontologia. É o que ocorre na Faculdade de Odontologia de São José dos Campos, onde funcionam quatro centros cujas atividades de atendimento à comunidade não só são revertidas em benefício da população atendida, mas também para o aprimoramento do ensino e da pesquisa.

Os Centros têm a colaboração de profissionais de outras áreas como assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos e médicos de várias especialidades, atuando conjuntamente com os professores da FO. Através desse trabalho, pacientes da região e de vários pontos do país podem usufruir de tratamentos especializados. Para o vice-diretor da Faculdade, professor Roberto Antônio Nicodemo, “através desse atendimento, os alunos ganham com o aperfeiçoamento de seus professores e ganha também a comunidade”. A participação dos alunos se dá num esquema de revezamento para que todos tenham oportunidade de atuação nos centros.

PADRÃO INTERNACIONAL

Num trabalho pioneiro no país, iniciado em 1985, o COAT, Centro de Oclusão e Articulação Temporomandibular, é o único com padrões internacionais no Brasil na área. Foi responsável pelo atendimento de 251 pacientes, só em 1987, encaminhados por consultórios particulares, convênios e pelo INAMPS. O Centro faz o tratamento das distensões da articulação temporomandibular (ATM), mal de difícil diagnóstico que atinge principalmente a população urbana e que pode ser agravado por distúrbios emocionais.

Justamente por 90% dos casos apresentarem um fundo emocional, o trabalho de uma



Nos Centros, os alunos podem conhecer várias formas de tratamentos especializados

psicóloga é fundamental, assim como para total reabilitação do paciente são indispensáveis a fonoaudióloga, o ortodontista e otorrinolaringologista. O Centro é formado por cinco docentes e, segundo a professora Maria Amélia Máximo de Araújo, vice-coordenadora, “está intimamente ligado com todas as disciplinas”.

O COAT está planejando, para o segundo semestre, um curso voltado para docentes de sete faculdades particulares, com a intenção de que cada uma venha a desenvolver o seu próprio centro.

Os dados coletados sobre atendimentos já efetuados foram base para o desenvolvimento de pesquisas sobre a “Incidência da disfunção da ATM em relação à guja anterior” (a ausência de guja anterior seria a incapacidade de atrito entre os dentes anteriores aos caninos) ou mesmo sobre avaliações radio-

gráficas anteriores e posteriores a determinados tratamentos.

PRÓTESES

Detentor de um grande material didático, o Centro de Prótese Buco-Maxilo-Facial (CPBMF) já foi transformado em curso de pós-graduação, em nível de mestrado, com início do programa no segundo semestre deste ano. No Centro, são confeccionadas próteses — ocular, nasal, auricular, entre outras — para reconstituição de locais afetados por acidentes ou por câncer. O trabalho é feito juntamente com cirurgiões plásticos ou oftalmologistas, no caso de prótese ocular. Nessa área, o professor Rolf Rode, coordenador do CPBMF, desenvolveu pesquisa que indica melhor dissimulação das próteses confeccionadas por dentistas do que aquelas feitas por técnicos.

O Centro atende pacientes de todo o Brasil, o que comprova a falta de especialistas na área. “Fazemos cerca de dez a quinze próteses por ano”, diz o professor.

PACIENTES ESPECIAIS

O CEAP, Centro de Atendimento a Pacientes Especiais, segundo o seu coordenador, professor José Luiz Ramos de Andrade, “trata daqueles pacientes que tiram o dentista de sua rotina de trabalho, como deficientes visuais, auditivos ou mentais que precisam de toda uma preparação para que não sofram nenhum trauma”.

O Centro já dá estágio a um profissional formado, porém o professor quer ampliar a participação dos alunos, fazendo com que também eles prestem atendimentos. O Centro, criado há dois anos, pôde tratar apenas doze pacientes em 1987, mas José Luiz quer aumentar esse número: “Não existem muitas possibilidades de atendimento a pacientes desse tipo no Vale do Paraíba, o que acarreta uma grande procura”, diz.

O CETDLP, Centro de Estudo e Tratamento das Deformidades Lábio-Palatais, funcionando há cinco anos, é formado por uma equipe de seis professores, duas assistentes sociais (uma da Prefeitura), uma fonoaudióloga e uma psicóloga que trabalha em conjunto com uma equipe de cirurgiões plásticos. O trabalho visa a reabilitação funcional, estética e psicossocial de pacientes portadores de malformações como fenda palatina ou lábio leporino.

Segundo o professor Lauro Cardoso Villela, coordenador do CETDLP, o Centro realiza um grande intercâmbio de informações com a USP de Bauru, que possui um hospital para esse tipo de tratamento. O Centro é o único serviço do porte na região, porém, devido ao grande número de casos, vem atendendo somente aos pacientes da cidade.



FCA organiza extensão através de Núcleo

Com o objetivo de concentrar e entrosar os diversos departamentos para implantação de programas de serviços à comunidade, a Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA), do campus de Botucatu, criou, em junho de 1987, o seu Núcleo de Extensão de Serviços à Comunidade. As principais funções do NESC são estimular o desenvolvimento agropecuário na região de Botucatu, estimular a preservação do meio ambiente, apoiar e complementar o ensino e a pesquisa e prestar apoio técnico aos produtores da região.

Para tanto, o NESC vem desenvolvendo programas dentro e fora do campus que beneficiam diretamente a comunidade. Um dos primeiros programas realizados em 87 e que neste ano será retomado é da área de Educação Ambiental. Sob a coordenação da professora Maria Alice de L. Bueno Souza, do Departamento de Horticultura, e dos professores Alberto Médici e Maria Helena Rocha Antuniassi, do Departamento de Economia e Sociologia Rural, foram feitos planos visando o cultivo de jardins nas escolas da cidade. "Foi um projeto conjunto entre o NESC, a Prefeitura e as escolas, ficando a execução a cargo da Prefeitura", diz a professora Maria Helena.

Além disso, as alunas que se dedicaram a esse projeto deram aulas de Educação Ambiental, ensinando as crianças sobre a necessidade do respeito à natureza, preservação dos bens naturais e de se evitar a poluição.

Ainda no campo da Educação Ambiental, o professor Jesus Manuel Delgado Mendes, do Departamento de Ciências Florestais, vem desenvolvendo o "Plano de manejo da Fazenda Lageado tendo em vista a recreação dirigida" que visa orientar a visita da população à fazenda. Essa atividade já existe, porém, as pessoas que procuram o local, principalmente nos finais de semana, visitam à revelia. Por isso, o interesse em montar um ro-



No NESC, o rebanho é utilizado para a aplicação do programa de ovinocultura

teiro de reconhecimento. "Isso permitirá que todos sejam orientados sobre as espécies vegetais existentes, a sede da fazenda — construção do início do século que está sendo recuperada —, a casa da farinha, o horto e o mini-zôo que está sendo planejado em conjunto com a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e que abrigará animais da região", explica João Emílio Filho, assessor técnico administrativo do NESC.

AGRICULTORES

Para que o atendimento aos agricultores seja possível, está sendo realizado um cadastramento das propriedades rurais — cerca de 7.000 — da região administrativa de Botucatu. Depois de terminada essa primeira etapa, os agricultores que se interessarem poderão procurar o NESC e passar por uma triagem

capaz de determinar o departamento mais adequado à solução de cada problema. "Se for simples, poderá ser solucionado no NESC, por técnicos ou docentes. Em casos mais complicados poderá haver a necessidade de pesquisa", comenta a professora Maria Helena que é a coordenadora do Núcleo.

Com base nos dados sobre as propriedades rurais, poderão ser programados cursos, debates e outras atividades de interesse da comunidade. Através de contatos mantidos com o SENAR (Serviço Nacional de Formação Profissional Rural) estão sendo planejados cursos para formação de mão-de-obra especializada. "Seria importante a especialização de tratoristas e cortadores de madeira já que há uma área de reflorestamento muito grande na região", exemplifica Maria Helena.

OUTROS

A UNESP firmou, recentemente, os seguintes convênios:

- Com a Universidade de Konstanz, Alemanha, para intercâmbio acadêmico e científico em todas as disciplinas existentes nas duas universidades;
- Com o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural de Botucatu, objetivando o estabelecimento de colaboração mútua, através da FCA-Botucatu;
- Com a Fundação de Apoio aos Hospitais Veterinários, viabilizando plantões do pessoal técnico e administrativo no Hospital Veterinário da FMVZ-Botucatu;
- Com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), com a finalidade de implantar uma Área Demonstrativa e Experimental de Irrigação na FCAV-Jaboticabal.

Todos os programas contam com a colaboração de alunos, que atuam voluntariamente como estagiários. Também os de pós-graduação estão envolvidos e participarão de um programa de visitas a indústrias e propriedades rurais com vistas a um ciclo de debates sobre utilização de defensivos agrícolas.

OVINOCULTURA

Desde julho de 87, o NESC dá andamento ao "Programa de desenvolvimento da ovinocultura na região de Botucatu", que beneficia vinte criadores. O programa é resultado de um convênio firmado entre a FCA, a FMVZ e a Cooperativa de Cafeicultores da Zona de São Manuel, com o objetivo de ativar a produção e dar apoio técnico aos ovinocultores.

"O Programa é importante à medida que a prestação de serviços à comunidade se articula à pesquisa e ao ensino", diz Alberto Médici, um dos coordenadores do projeto. "Permite a iniciação profissional para alunos em final de curso que queiram se especializar em ovinocultura, fornecendo subsídios para pesquisa em extensão, economia e administração rural, planejamento agropecuário etc", completa.

Atualmente, dez estagiários dedicam-se a essa atividade visitando as fazendas aos sábados e dando orientação a respeito de como iniciar a criação, procedimentos quanto à vacinação, medicamentos, além de tratamentos com pastagem.

Segundo o professor Médici, já há resultados visíveis: "O rebanho da região está melhor em quantidade e qualidade". A atividade objetiva a produção de lã e o abate, no que a Cooperativa dá retaguarda, fazendo a tosquia, recebendo a lã e comprando os animais.

Japoneses atuam em pesquisa sobre solos

Um convênio firmado entre a UNESP, através da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA), do campus de Botucatu, e o Tropical Agricultural Research Center (TARC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca, do Japão, continua dando resultados.

Iniciado em 1982, com o objetivo de promover o intercâmbio científico entre as duas entidades, o convênio já propiciou a ida de três docentes da FCA ao Japão e a vinda de dezoito pesquisadores do TARC à Faculdade. O mais recente resultado desse convênio foi a conclusão do trabalho intitulado "Flutuação de Formas de Nitrogênio nos Sistemas de Plantios Direto e Convencional", desenvolvido pelos pesquisadores Koji Yoshida, Sussumu Hakoyama, Hidenori Iwama, do TARC, juntamente com o professor Júlio

Nakagawa, do Departamento de Ciências do Solo da FCA.

O objetivo do trabalho foi verificar as alterações físicas e químicas ocorridas nos solos submetidos aos dois métodos de cultivo, confrontando essas alterações com as flutuações de formas de nitrogênio neles contidas. Foram analisados os solos dos municípios de Botucatu e São Manuel (latossolo vermelho escuro e terra roxa estruturada), no plantio de trigo e soja, durante o período de dois anos.

Os resultados evenciaram, em primeiro lugar, melhores condições gerais para o desenvolvimento de plantas na terra roxa estruturada. Além disso, verificou-se, no sistema de plantio direto, maior acúmulo de nutrientes na primeira camada, com decréscimo acentuado a partir da segunda, do que no plantio convencional.

Fundações realizarão concurso para Banco

A Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP), através de sua Diretoria de Projetos Especiais, firmou um contrato de prestação de serviços técnicos especializados com o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). O objetivo é a realização do Concurso para Admissão de Escriturários ao Banco, previsto para junho e julho, abrangendo um total de 25 cidades do Estado.

O concurso será integralmente gerenciado pela FUNDUNESP com apoio dos serviços técnicos da Fundação para o Vestibular da UNESP (VUNESP). O valor global do contrato dependerá do número de inscritos, mas

a expectativa é de um mínimo de 100.000 candidatos.

OUTRAS FRENTES

Outra realização da Diretoria de Projetos Especiais da FUNDUNESP é a promoção do Ciclo de Debates sobre Políticas Sociais, destinado a docentes da Universidade e especialistas de instituições governamentais e de pesquisas envolvidas com a questão social. Iniciado em abril, o programa compreende nove encontros, com término previsto para o final de junho. As exposições e debates serão posteriormente publicados para divulgação junto ao público interessado.

Visita do reitor Isao incrementa intercâmbio

O reitor da Universidade de Agricultura e Tecnologia de Tóquio, Japão, professor Isao Kita, esteve visitando a UNESP, entre os dias 23 de abril e 4 de maio, com o objetivo de conhecer melhor a Universidade para aprofundar os laços de intercâmbio mantidos entre as duas instituições, que têm um convênio de cooperação científica desde 1985.

Através desse convênio, vários pesquisadores da área de agronomia e veterinária já foram ao Japão e vice-versa. A idéia é que o mesmo ocorra na área das tecnológicas que, até então, não tem havido intercâmbio.

A visita do professor incluiu, além da FCAV — Jaboticabal, FCA e FMVZ — Botucatu, as unidades de Ilha Solteira e Guaratinguetá, onde funcionam os cursos de Engenharia da UNESP, e a FATEC de São Paulo.



O primeiro seminário promovido pela FUNDUNESP ficou a cargo de Sônia Draibe

Como o professor Artur vê o ensino do 2º grau no Estado de São Paulo?

ARTUR — O problema do ensino do 2º grau não é uma questão só de São Paulo e, aliás, não existe só o problema do 2º grau. Existe, sim, o problema do ensino e a questão educacional brasileira. Nenhum grau de ensino, em nenhum Estado, está imune à problemática geral. São Paulo tem vantagens e desvantagens em relação aos outros Estados. O aspecto quantitativo é melhor atendido neste Estado, por exemplo. Não se pode dizer que há falta de vagas no ensino de 2º grau e, em específico, na rede pública, em relação ao contingente que conclui o 1º grau. Obviamente, se nós pensarmos no universo das crianças ou adolescentes que deveriam estar na primeira série do 2º grau, constatamos que a rede pública estadual não atende a toda população potencial.

A discussão sobre o aspecto qualidade não apresenta nada de novo, há algum tempo. O grande tema continua sendo afirmar que vai mal a qualidade de ensino na escola pública. Pessoalmente eu acho que em termos do universo das escolas a qualidade de ensino é precária, o que, também, não acrescenta nada de novo.

Por que vai mal o ensino? E as causas responsáveis por essa precariedade do ensino público no Brasil?

ARTUR — A Educação no Brasil sempre foi mal tratada. Não foi pensada com coerência, com honestidade de princípios. Não me refiro à honestidade no outro sentido, falo da de princípios. Uma proposta de política educacional que soubesse onde chegar, que fosse efetivamente discutida, com alocação de verbas maiores e melhores aplicadas. O que assistimos, hoje, é consequência desse descuido. Verdadeiro descaso histórico. Então, se me perguntam o que vai mal, eu respondo: Tudo vai mal. A formação de professores é ineficaz; o salário dos professores não é compatível; a pesquisa em educação inexistente, praticamente, tanto em nível universitário como nos próprios sistemas de ensino. Enfim, se nós pensarmos todos os elementos, todas as variáveis que interferem no processo educacional, nada vem funcionando a contento. Poderia legar prioridade onde atacar ou coisas que iriam menos mal, mas é difícil.

Fala-se muito, hoje, na escola de antigamente. Eu concordo, em termos; acontece que ela era boa porque atendia uma elite sócio-econômica e, por isso, se restringia, no caso do 2º grau, inquestionavelmente a atender uma parcela da população.

Como a professora Cecília vê o ensino do 1º grau hoje?

CECÍLIA — Reforçando o enfoque à escola pública. Pela obrigatoriedade da educação, o Estado tem de acolher toda a massa de crianças em idade escolar. E, se necessário, até multiplicar os períodos de permanência dessas crianças dentro da escola. Para exemplificar vamos analisar o que acontece em São Paulo, Capital. Pelos movimentos migratórios crescentes, diuturnamente, a população estudantil. O número de salas da aula precisaria ser elevado na mesma proporção. Isso não acontece. A construção de novas escolas obedece muito mais a estratégia política. Enquanto isso os prédios existentes vão sendo so-

brecarregados. A solução, então, é aumentar o número de períodos e a contratação de professores de forma improvisada.

Essa solução agrava a qualidade do ensino, principalmente agora com a obrigatoriedade do ensino básico de oito anos. A democratização, paradoxalmente, pesou na qualidade do ensino, agravando o problema da falta de escolas, salário do professor etc. Por outro lado, tudo isso apresentou, de forma transparente, que a Educação nunca foi tratada como prioridade política, quer federal, estadual ou municipal.

Todos os governos passam com discursos bonitos de um atendimento à Educação. Talvez eles não tenham tido condições reais de atender as verdadeiras necessidades da Educação. E, por exemplo, o que se vê, hoje, na questão salarial. O professor é obrigado, por necessidade pessoal, a trabalhar em várias escolas com uma carga hora-aula muito elevada, o que prejudica sua atualização. Os poderes públicos alegam que não podem dar os aumentos salariais reivindicados por causa da grande quantidade de professores, servidores do Estado. São 5.000 escolas em todo o Estado. Acredito que a situação é crítica, também, para o ensino particular, os dois setores funcionam como vasos comunicantes.

Existe, ainda, uma outra questão, que é a estrutura da Secretaria da Educação e de outros órgãos ligados à área, como é o caso do Conselho Estadual de Educação, o CEE, que elabora o Plano Estadual da Educação. Todo o pessoal técnico desses organismos foi requisitado da base das escolas. E esse contingente não volta à sala de aula. A política para Educação muda a cada novo Governo (federal, estadual e municipal) e esse corpo técnico vai permanecendo, o que provoca uma inversão na pirâmide da Educação. O sistema deveria ter uma estrutura pequena e ágil mas se encontra muito longe desta proposta. Há uma série de órgãos que se superpõem, trabalhando, muitas vezes, em posições antagônicas. E o pessoal que está lá na base, nas escolas, reclama.

Se existe uma multiplicação de órgãos normativos, seria de se imaginar que a qualidade fosse a grande beneficiária. Por que isso não acontece?

CECÍLIA — Por causa da enorme distância entre a base, o que está acontecendo no dia a dia, e a proposta teórica confeccionada nos gabinetes técnicos. Teoricamente as soluções apresentadas são boas, em muitos dos casos, mas por não corresponder às necessidades do cotidiano não podem ser executadas. A própria estrutura emperra sua plena execução. E nessa situação que aparece a improvisação do professor no final da linha, na sala de aula.

O que falta entre as instâncias normativas e as instâncias executivas?

CECÍLIA — Uma política coordenada e coerente. Se de fato o objetivo primordial e o fim da educação se encontram aqui na própria base, então, as decisões têm que ser pensadas em conjunto. A base tem que participar da elaboração dos projetos, o que não acontece atualmente. Os projetos chegam como um novo peso, porque vêm prontos e acabados.

ENTREVISTA

Cecília Vasconcelos Lacerda Guaraná

Artur Fonseca Filho

Câmaras do CEE querem acompanhar os Núcleos



Os professores Cecília Vasconcelos Lacerda Guaraná e Artur Fonseca Filho, presidentes das Câmaras de 1º e 2º graus, respectivamente, do Conselho Estadual de Educação, estudaram o projeto de criação dos Núcleos Regionais de Ensino da UNESP (veja matéria nas páginas 4 e 5) e concordam com a necessidade de a Universidade pensar a questão do ensino nos graus que a precedem. Para a professora Cecília, os núcleos são a materialização de uma ideia a mais, para que, de fato, a Universidade cumpra um papel que historicamente é dela. O professor Artur, por seu turno, manifesta seu temor que os núcleos se tornem

mais um organismo burocrático dentro da malha administrativa do Estado e que venham propor teorias, a exemplo do passado, que não chegaram a sair do papel. Ao invés de apresentar soluções, estaria aumentando o fardo de decepções que atualmente é carregado pelos professores da rede estadual de ensino.

Dentro da proposta de criação dos Núcleos Regionais de Ensino da UNESP, que é a de ouvir os diversos segmentos envolvidos com a Educação estadual, o professor Carlos Kater, do Núcleo Central, participou da entrevista com os professores do CEE.

ARTUR — Enquanto nós não tivermos professores bem formados, não tivermos escolas em condições de habitabilidade, enquanto nós não tivermos as condições mínimas razoáveis de atendimento físico e cultural do aluno o problema permanecerá. É possível atuar no nível da orientação, mas não podemos pressupor que esses paliativos vão solucionar definitivamente uma questão que é estrutural. Muitas vezes o professor não quer só salários mais altos, quer o reconhecimento e a valorização da profissão. Condições dignas de trabalho para estudar e preparar bem suas aulas. A maratona a que é submetido, hoje, o transforma em um lecionador e não em um professor, no sentido amplo da profissão.

Como os senhores veem a eventual participação da universidade no encaminhamento da solução desses problemas?

ARTUR — A universidade também sofre problemas. A preocupação com a Educação e, conseqüentemente, com a socie-

dade, como um todo, é inerente à própria concepção moderna de universidade. No entanto, a atuação das universidades, em especial as três universidades de São Paulo, está quase em direção oposta àquela tarefa. A função universitária é ir à sociedade levar o resultado das pesquisas elaboradas no interior da universidade e trazer para os seus laboratórios os problemas da comunidade. Com relação à educação, eu não vejo essa intenção, salvo uma ou outra incursão isoladamente. No momento, a universidade produz pouco e pensa pouco. É provável que essa situação seja o reflexo dos problemas a que me referi.

CECÍLIA — Há necessidade de um trabalho articulado, porque a universidade é responsável pela preparação dos professores que vão trabalhar no 1º e 2º graus. Na medida que um desses elementos do sistema educacional enfraquece, não cumprindo sua missão, a educação fica prejudicada. Mesmo nas Faculdades de Educação, o que se assiste são muitas pesquisas de

assuntos que não têm nada a ver com os problemas maiores e concretos que a escola enfrenta no seu dia a dia. Quando a universidade se voltar para a comunidade, para a educação de fato, as pesquisas não serão apenas conteúdos de livros, mas uma reflexão real do que está acontecendo com aquela comunidade. E essa reflexão não pode ser apenas teórica, ela tem de ultrapassar os muros e laboratórios da universidade e se transformar em ação.

Ao tomar conhecimento da proposta da UNESP sobre a criação dos Núcleos Regionais de Ensino, constatei que ela caminha naquela direção, com objetivo final de melhorar o ensino de 1º e 2º graus. Na medida que a Universidade elabora um projeto desse nível, ela está pensando os problemas que atingem a educação, os quais falamos anteriormente, além de abordar, conseqüentemente, seus próprios entraves. Na verdade é uma iniciativa de mão dupla: a Universidade parte para qualificar se qualificando. Assim os problemas, na minha opinião, serão encarados de forma mais realista, advindo, assim, as soluções.

No curso da aplicação do projeto da UNESP será preciso, por parte dos executores da ideia, coragem. Coragem para reconhecer que a Universidade não pode tudo e buscar com humildade as soluções em conjunto com o outro lado. Na medida que se resolve um problema surgem outros. O 1º e o 2º graus são muito mais democráticos do que o 3º grau. A universidade é elitizante, porque seus alunos pertencem a uma elite econômica privilegiada, em sua maioria. No entanto, quando a universidade se prepara para apresentar uma proposta que vai mudar a concepção de ensino até aqui exercida este problema econômico vai florescer. E preciso também democratizar o 3º grau e assumir uma mudança radical e geral.

Na proposta da UNESP eu vejo, inclusive, a possibilidade de se repensar o papel do estagiário, que não é tratado com muita seriedade no interior da universidade, particularmente, nos cursos que são responsáveis pela formação de novos professores. O estágio é visto, quase sempre, como o cumprimento de uma formalidade legal, quando deveria ser visto como um momento de colher informações para uma reavaliação de métodos. Por outro lado, as escolas temem a presença de estagiários porque eles conseguem enxergar de perto as deficiências que existem na escola e na sua profissão. O estagiário pode ter um papel importante, ele poderá ser um elo entre as bases e a universidade. Trabalhando na escola ele terá condições de levar os elementos necessários à reflexão da universidade e, posteriormente, voltar com as soluções.

ARTUR — Há um problema, a meu ver, na proposta da UNESP. O caminho adequado não deve ser a criação de um organismo para executar uma tarefa que é essencialmente da universidade. Ela, criando ou não esse organismo, deveria se pensar como um todo e se refazer para atuar e provocar reações, especificamente no sistema educacional. Temo que pelo projeto apresentado caíamos naquilo que o próprio texto procura sair, que é a instituição de mais um organismo burocrático. E nes-

se caso voltáramos à estaca zero, ou seja, aos problemas que a professora Cecília já mencionou, da superposição de teorias. E o caminho me parece perigoso porque, ao invés de levarmos soluções, estaríamos com este projeto levando mais problemas e aumentando o fardo de decepções, que atualmente é carregado pelos professores. Contudo, espero que os núcleos sejam, realmente, a ponte entre o saber que é produzido pela Universidade e o sistema de ensino, uma integração harmônica entre os três diferentes graus.

CECÍLIA — Entendo que a proposta da UNESP é o resultado de uma reflexão sobre o papel da universidade em relação aos graus que a precedem. E a criação de alguma coisa a mais para que, de fato, o papel da universidade seja cumprido. Entretanto, no momento em que se conversa com os professores, delegados de ensino, com pessoas que estão militando nas escolas públicas percebemos uma atitude de medo. Para eles pode parecer mais um desses setores que estão pensando na administração pública, com novos pedidos, novas atividades e outras responsabilidades além daquelas rotineiras.

Para nós, do Conselho, acompanhar e receber os resultados desse trabalho dos núcleos será de grande valia, uma vez que estamos vivendo um período de discussão objetivando a elaboração do Plano Estadual de Educação. O Conselho não pretende realizar essa tarefa sozinho. Uma troca de informações, um trabalho conjunto também com o CEE vai ajudar na busca mais rápida das soluções dos problemas levantados pelos núcleos.

Como encaminhar a proposta de criação dos núcleos com o CEE e outras instâncias do sistema?

CECÍLIA — Em primeiro lugar, há uma vantagem porque a UNESP é uma universidade respeitada. Segundo, uma divulgação bem clara, simples, mostrando que os núcleos são uma proposta irreversível. Mesmo nesse tempo de decepção geral existem educadores que querem realizar um trabalho que valorize o ensino sob todos os aspectos. Em terceiro lugar, que ações sejam pensadas em conjunto e com transparência. Será muito importante manter a transparência do trabalho, porque a interferência externa, em algum momento, pode interromper esta transparência. Muitos trabalhos não conseguiram prosperar por causa da injeção externa, em particular, a política, que interfere com tamanha força que afasta as pessoas. Neste particular a responsabilidade do pessoal dos núcleos aumenta consideravelmente, porque essas pessoas estão correndo riscos, inclusive, de não serem bem aceitas nos próprios locais de trabalho. Não será justo e ninguém tem o direito de envolver pessoas em um determinado projeto sem o mínimo de garantias de que ele atingirá os seus objetivos mesmo que a longo prazo. Para almejar o sucesso que todos desejamos, será preciso que a equipe encarregada de implantar os núcleos consiga arrebatar uma série de segmentos hoje envolvidos com a educação e colocá-los para caminhar na mesma direção. A base de um bom projeto educacional que oriente o sistema de ensino está em ultrapassar os problemas políticos.

lugar comum mais expandido, na Universidade de hoje, é a idéia de uma 'consciência crítica'. Tudo é crítico, evidentemente. O do primeiro ano precisa demonstrar a de tal qualidade, ou está perdido. A se exerceria antes do conhecimento baseado no campo discutido. Kant levou décadas estudando a físico-matemática de Newton, a filosofia de Hume, refutando em o Leibniz ou Wolff. Só depois disso essa crítica da Razão Pura. Marx passou semelhante no Museu Britânico, estudando Ricardo, Adam Smith, Hegel. Aí redigiu a Crítica da Economia Política. A epistemologia engraçada, assumida pelos estultos populistas, por medo ou conviência com os alunos, diz que a verdade não se encontra nos livros ou laboratórios, mas na vida. Essa mentira piedosa os estudantes só se conta, após a queda na existência efetiva, das igrejas, dos partidos. Ali, não sabe é conduzido. Recebe ordens, mas não sabe como diz Canetti.

alguma vez a sabedoria tocou a mente moderno responsável pela 'dialética', a mente foi quando Hegel tratou o problema do ensino da filosofia nas classes iniciais, já no ginásio:

'A filosofia deve ser ensinada e aprendida (grifos do filósofo), como aliás toda outra ciência. O miserável burburido que consiste em ensinar a pensar por si mesmo e produzir algo pessoal, relegou esta verdade para a sombra. Como se, quando ensino o que são a substância, a causalidade, ou qualquer outra coisa, eu não pensasse, por mim mesmo, como se eu não produzisse, eu próprio, estas determinações em meu pensamento, mas elas fossem jogadas, como pedras, na minha cabeça.' (...) ('Sobre o ensino da Filosofia no Liceu', 1812).

'Seria engraçado olhar o semblante dos 'dialéticos', que utilizam métodos para nada aprender, ao passarem a vista sobre a seqüência do texto citado acima. Nela, veriam uma crítica feroz da banal demagogia dos mestres que insistem em repetir que eles, pagos pelo povo para ensinar, 'nada têm para dizer aos jovens, pois estes possuem a vivência'. Acompanhemos o texto de Hegel:

'Tão verdadeiro quanto dizer que a filosofia é uma atividade autônoma, em si e para si, é indicar que ela é um aprendizado, aprendizado de uma ciência constituída já disponível. É um tesouro cujo conteúdo foi adquirido pelo indivíduo, isto é, aprendido. O professor o possui, ele o pensa alto e os alunos o pensam após ele. As ciências filosóficas contêm os pensamentos universais e verdadeiros de seus objetos. Elas são o produto do trabalho de pensadores geniais de todos os tempos. Estes pensamentos verdadeiros ultrapassam o que um jovem sem formação pode produzir com seu pensamento, e isto, sobretudo, quando esta massa de trabalho genial ultrapassa as forças de um tal jovem'. (idem)

'Já é possível escutar os apupos dos 'dialéticos' e 'críticos', caso um texto semelhante, produzido pelo pai da dialética contemporânea, fosse lido numa Assembléia acadêmica, ou reunião de pedagogos... O parricídio ronda a cultura, e a subcultura. Mas, só para irritar as professorinhas militantes, que giram os olhos, deliciosas, quando escutam palavras mágicas, como 'consciência crítica', 'libertação', 'dialética', 'autoritarismo', 'transparência' etc., terminemos a citação hegeliana:

'A representação própria e original que a juventude se faz dos objetos essenciais é, de um lado, ainda totalmente pobre e vazia, e por outro lado, na sua maior parte, é opinião (Hegel, como nós, deve ter ouvido muitos 'eu acho' como argumento definitivo e... autoritário) desvio, indecisão, inexatidão, indeterminação. É pelo aprendizado que, em lugar deste desvio, se instaura a verdade. Só após ter a cabeça cheia de pensamento, o jovem tem a oportunidade de levar a ciência mais adiante, por si mesmo, e ganhar uma originalidade verdadeira em seu interior (...) O estudo da filosofia deve ser orientado essencialmente na perspectiva de ensinar algo, expulsar a ignorância, encher uma cabeça vazia de pensamento e conteúdo e afastar esta pretensão originalidade natural do pensamento, que significa contingência, arbitrio, e particularidade da opinião.'

'Pode-se dizer tudo de Hegel, portanto, menos que ele seja um mero sedutor de ouvintes preguiçosos, adúltero e vivandeiro de alunos. Esta degradação ética, perda do necessário decorum, muito deve aos 'transformadores' da universidade.'

Este trecho faz parte do artigo "A indiscreta falta de charme da Universidade", e se encontra, entre outros artigos, no livro de Roberto Romano *Lux in tenebris: meditações sobre Filosofia e Cultura*, págs. 91-2 (Cortez Editora/Editora da UNICAMP, Col. Passando a Limpo, São Paulo, 1987). Sobre o livro, este *Jornal* (n.º 21, novembro/87, pág. 12) já apresentou breves indicações, quando foram destacados os artigos que, explicitamente, nomeiam ou tratam da Universidade.

É oportuno, porém, lembrar que todos os outros textos do livro de Romano, como todos os seus escritos, de uma forma ou de outra referem-se ao problema universitário, no sentido, também, de que são pequenos (e belos) ensaios sobre questões culturais, elaborados de acordo com as estritas e rigorosas regras do trabalho acadêmico. Acrescentemos a essa afirmação, esta outra: estes pequenos (e belos) ensaios — por exemplo, "A superior maestria do riso", ou "Massa, poder e morte", ou "Lux in tenebris", ou "Novo caminho para o estudo da fonética", ou "O senhor da razão" — quando não discutem, internamente, questões propriamente universitárias, procuram desvendar esta face que vem sendo ocultada: a de que não podemos pensar o ensino superior sem a cultura superior. E é, justamente, a cultura superior que está presente nestes escritos, associando coragem pessoal à disciplina intelectual.

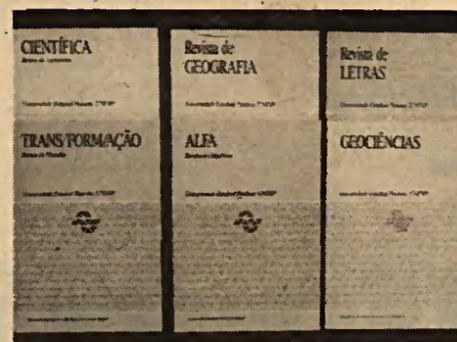
A cultura superior, nestes como em outros textos de R. Romano, é avessa a todo tipo de culto, bem como aos excessos de respeito e de brandura quando, do outro lado, predominam a insolência e a intolerância. Continuando, ainda, a tomar de empréstimo idéias, colhidas aqui e ali, do *Doutor Fausto*, de Thomas Mann, diríamos que a cultura superior, para R. Romano, evita sedução pelo novo, ausente qualquer familiaridade com a tradição, assim como não se fecha ao espírito novo que fertiliza o antigo; igualmente, sofriria todo impulso para o "sacrifício intelectual", subproduto de certa integração à coletividade, quando cada um se vê privado de boa parte da verdade e da ciência...

De maneira sucinta, nesse quadro se situam as qualidades pessoais, acadêmicas e morais do autor de *Lux in tenebris*, com seus textos agressivos, até mesmo adstringentes, no duplo sentido de ácidos e cerrados. Quem for destemido, procure lê-los.

maioria das livrarias de São Paulo que trabalham com a área de humanidades tem à venda.

A Diretoria de Publicações da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUN-DUNESP) acaba de editar seis revistas: "TRANS/FORM/AÇÃO", da área de Filosofia; "Alfa", de Linguística; "Geociências"; "Científica", de Agronomia; "Revista de Geografia"; e "Revista de Letras", equivalentes ao período de 1986 e 1987.

Outras oito revistas editadas pela Fundação já estão no prelo, devendo estar prontas até o final de junho. A previsão é de que, ainda neste ano, sejam publicados seus volumes relativos a 1988.

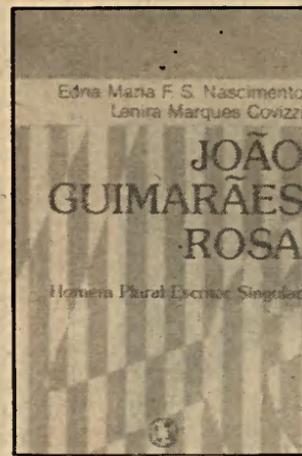


Lançamentos de docentes



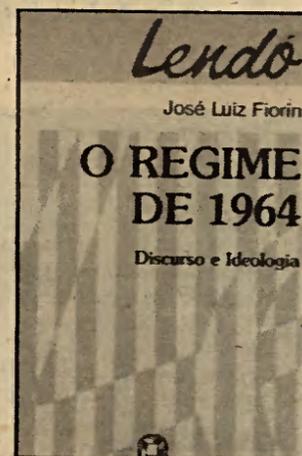
JOSÉ J. VEIGA: de Platão a Torvelinho (Atual Editora, 136 páginas, Cz\$ 540,00), de Tiekio Yamaguchi Miyazaki, professora do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, do IBILCE — campus de São José do Rio Preto.

Procurando mostrar os mecanismos de intertextualidade presentes na obra de José J. Veiga e entender suas vicissitudes, a autora faz uma análise de cada texto em sua unidade, sem perder a sua localização no contexto da produção global desse escritor goiano.



JOÃO GUIMARÃES ROSA: Homem Plural, Escritor Singular (Atual Editora, 72 páginas, Cz\$ 380,00), de Edna Maria F.S. Nascimento, professora do Departamento de Linguística, do ILCSE — campus de Araraquara, e Lenira Marques Covizzi.

Destinado a leitores que desejam iniciar-se no estudo sobre o escritor, o livro traz uma biografia que destaca os pontos mais interessantes de sua formação e personalidade, integrando sua vida e obra.



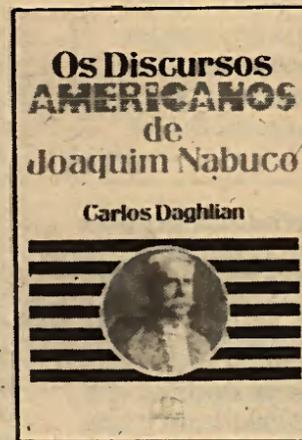
O REGIME DE 1964: Discurso e Ideologia (Atual Editora, 168 páginas, Cz\$ 770,00), de José Luiz Fiorin, professor do Departamento de Linguística, do ILCSE — campus de Araraquara.

O livro pretende preencher uma lacuna existente na bibliografia sobre o regime de 64: a análise sistemática de seu discurso. Estuda a visão de mundo que esse discurso veicula e os mecanismos com que monta um conjunto de significados que se pretende ser a verdadeira interpretação da realidade.



FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL (Editora Ática, 176 páginas, Cz\$ 620,00), de Maria Aparecida Cora Sabini, professora do Departamento de Educação do IBILCE — campus de São José do Rio Preto.

Destinado a leitores cujo contato com a psicologia é ainda inicial, o livro se propõe a fornecer as aplicações mais importantes das teorias psicológicas aos problemas educacionais. Para tanto, não se estende nas discussões teóricas; ao contrário, mantém uma linguagem direta, clara e simples. Traz também um glossário dos termos técnicos utilizados.



OS DISCURSOS AMERICANOS DE JOAQUIM NABUCO (Editora Massangana, 105 páginas, Cz\$ 500,00), de Carlos Daglian e tradução de João Carlos Gonçalves, professores do Departamento de Letras Modernas do IBILCE — campus de São José do Rio Preto.

O autor faz uma análise dos discursos americanos de Joaquim Nabuco (primeiro embaixador de uma república sul-americana nos Estados Unidos), praticamente desconhecidos no Brasil. Classificando-os do ponto de vista temático, e analisando-os à luz dos princípios retóricos, o livro é uma tentativa de determinar como e até que ponto Nabuco conseguiu alcançar o objetivo de seus discursos americanos.



HISTÓRIA ANTOLOGICA DA POESIA BRASILEIRA MODERNA E CONTEMPORANEA (Roswitha Kempf Editores, 144 páginas, Cz\$ 430,00), de Maria Lúcia Pinheiro Sampaio, professora do Departamento de Literatura do ILHP — campus de Assis.

Este é o primeiro volume de uma coleção de cinco antologias sobre a história da poesia brasileira moderna e contemporânea, que traz textos raros, esgotados e autores pouco conhecidos da década de 20. Fazem parte dessa geração os escritores modernistas e os pré-modernistas que participaram ou influenciaram o movimento modernista.

ONDE ENCONTRAR

Lux in Tenebris (Cortez Editora/Editora da UNICAMP, 158 páginas, Cz\$ 804,00), por ter sido lançado no final do ano passado ainda não há em nenhuma biblioteca da UNESP. A

ACC reorganizada para atender demandas

A comunicação social é um instrumento fundamental no mundo moderno e do qual a universidade não pode prescindir. É com base nesse princípio que o reitor Jorge Nagle criou, em abril de 1985, a Assessoria de Comunicação e Cultura — órgão que vem passando, no momento, por uma nova forma de organização interna, visando a atender as várias demandas e necessidades apresentadas pela Universidade.

Depois de ter, ao longo dos últimos anos, contemplado necessidades mais prementes da Universidade — como a realização de obras, aquisição de equipamentos didáticos e de pesquisa e implantação do projeto de informática, entre outras — o reitor acredita que chegou o momento de a UNESP criar instrumentos de comunicação compatíveis com o seu desempenho institucional. “Apesar de plenamente reconhecida no meio científico, o que é evidenciado, entre outros parâmetros, pelo conceito que nossos cursos de pós-graduação têm junto à CAPES, a UNESP não é suficientemente conhecida em outros meios, como imprensa, associações de classe, órgãos governamentais e até mesmo entre estudantes”, observa Jorge Nagle. “Em função da distribuição geográfica dos campus — continua — é comum as pessoas conhecerem uma ou outra unidade, mas sem a visão do conjunto da UNESP, o que às vezes ajuda a criar uma imagem deformada da nossa Universidade”. O ensino que ministra, a pesquisa que realiza e os serviços que presta à comunidade justificam, pela qualidade, a importância de a UNESP ser divulgada.

ESTRUTURAÇÃO

Para atuar de acordo com essa realidade, a Assessoria de Comunicação, coordenada pelo jornalista José Roberto Ferreira, organizou sua estrutura em quatro diferentes áreas: Imprensa, Publicações Especiais, Vídeo e Arte. Além disso, procura pautar seus “produtos”, sempre que possível, contemplando o universo da Universidade. Considerando que nunca houve um trabalho de divulgação institucional da UNESP, o coordenador da Assessoria acredita ser esta, agora, a maneira mais eficaz de a sociedade “tomar conhecimento de todo o peso que a Universidade tem”. José Roberto acredita mesmo que o fato de a UNESP ter ganho o segundo maior espaço, atrás somente da USP, no Guia do Estudante da Editora Abril, se deve muito ao Guia do Vestibulando da UNESP publicado no ano passado pela Reitoria. “Ao mostrar todo o universo de cursos e de unidades universitárias, nosso Guia certamente chamou a atenção do pessoal da Abril para o fato de estar ali uma universidade merecedora de um bom espaço na publicação”.

AREAS

A área de Imprensa é a responsável pela publicação do Jornal da UNESP, editado

mensalmente e que a partir de abril último passou de doze para dezesseis páginas — o dobro de quando foi criado, em 1985. Essa ampliação se deve à permanente introdução de novos assuntos, sempre contemplando de modo prioritário as notícias de caráter mais geral sobre a Universidade.

A delimitação dessa área possibilitará também a realização de um trabalho mais consistente junto aos veículos de comunicação, que já estão mais atentos à UNESP. Isto, no entender do coordenador da Assessoria, reforça a tese do investimento em instrumentos que ajudam a formar a imagem da instituição em termos amplos.

E nesse sentido que estão sendo desenvolvidos dois projetos em áreas distintas e que serão concluídos no início do segundo semestre. O primeiro é a publicação de um perfil da Universidade mostrando sua atuação nas diversas áreas do conhecimento em termos de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, uma equipe fotográfica está percorrendo as unidades, registrando o que há de mais significativo e expressivo em cada uma. O “Perfil da UNESP”, como é chamada a publicação, está a cargo da área de Publicações Especiais, que responderá também pela elaboração do Guia do Vestibulando deste ano e da nova edição do Catálogo UNESP, além de outras publicações que estão sendo planejadas.

O outro projeto está sendo desenvolvido pela área de Vídeo e resultará em quatro tipos diferentes de documentários: um de longa e um de curta duração sobre o conjunto da UNESP, um subdividido por áreas do conhecimento e um específico de cada unidade. A equipe de produção também já está gravando as imagens nas unidades.

Simultaneamente à realização dos documentários, a área está elaborando um projeto que visa dotar a Universidade de um sistema próprio de produção de vídeos. Nesse sentido, o primeiro passo foi o levantamento das demandas de cada unidade; neste momento, estão sendo analisados os equipamentos visando à escolha do sistema que melhor venha a se adequar às necessidades da UNESP.

Considerando a distribuição geográfica dos campus, o perfil e os documentários, ao reunirem em instrumentos de fácil manipulação — publicação ou fita cassete — imagens e textos que dão uma visão detalhada da UNESP, certamente serão extremamente úteis em situações onde a Universidade precisa “ser mostrada”, como na negociação de financiamentos, na definição de convênios ou mesmo quando da recepção a visitantes.

A quarta área é a de Arte, que cuida do planejamento e da produção gráfica das publicações da Assessoria, além de atender a demandas apresentadas pelas unidades e de prestar serviços à Editora UNESP.



CIPES: iniciativa dos reitores Paulo Renato, Jorge Nagle e José Goldemberg

Centro Interuniversitário vai pesquisar o ensino superior

Numa iniciativa pioneira no país, foi criado, no dia 29 de abril, o Centro Interuniversitário de Pesquisas sobre Ensino Superior (CIPES), entidade que congrega as três universidades estaduais de São Paulo — UNESP, UNICAMP e USP — em torno de objetivos comuns.

O objetivo primeiro do CIPES, com seu próprio nome indica, é realizar pesquisas sobre temas relacionados ao ensino superior, incluindo desde estudos sobre os instrumentos de avaliação até trabalhos visando ao aperfeiçoamento da administração das universidades. Para tanto, pretende organizar um centro de documentação e um banco de dados com informações sobre o sistema paulista e sobre o ensino superior brasileiro em seu conjunto.

A atuação do Centro abrangerá também o oferecimento de programas de formação e treinamento para executivos e dirigentes de instituições de ensino superior, bem como a prestação de assessoria técnica, a essas entidades, nas áreas de sua competência.

Além desses objetivos, o CIPES pretende divulgar os resultados de suas pesquisas e trabalhos, assim como publicar informações sistematizadas sobre o ensino superior no Estado de São Paulo e no país.

“Estados criando um Centro de extrema importância não só para o Estado como para o país, uma vez que os assuntos relativos ao desenvolvimento institucional — basicamente os da gestão administrativa — estão praticamente crus no Brasil”, afirma o reitor da UNESP, Jorge Nagle. Segundo ele, “nossas universidades continuam sendo geridas como há 20 ou 30 anos. Daí a importância de um órgão que se preocupe com essas questões, até para que os reitores deixem de ser gerentes da universidade para serem estadistas da universidade”.

Além desse aspecto, o reitor ressalta que “o Centro poderá fornecer ao país, a curto prazo, alguns estudos mais profundos, contínuos e permanentes sobre o ensino superior que, atualmente, dispõe de bibliografia muito pobre”. O reitor da USP, José Goldemberg, lembra que “a CAPES é o único órgão do MEC que tem informações sistematizadas mas que cobre apenas parte do ensino superior, a que se refere à pós-graduação”. Segundo os reitores, o Centro reunirá essas informações, promovendo o debate e dando apoio à pesquisa, mas ressaltam que ele não dará receitas de como a universidade deve agir. Segundo Paulo Renato Costa Souza, reitor da UNICAMP, “o CIPES é um órgão que não tem ingerência sobre as três universidades”.

EXEMPLO EUROPEU

A idéia de sua criação surgiu no ano passado, em função da preocupação dos três reitores paulistas com questões de desenvolvimento institucional e de aprimoramento administrativo da universidade, bem como pela necessidade de estudos e dados sobre o ensino superior. “Mas foi a partir do contato, no ano passado, com o Conselho de Reitores Europeus — que atua como produtor de informações e promotor de cursos de aperfeiçoamento dos dirigentes — que se polarizou a necessidade de criarmos algo aqui, inclusive para ser a entidade de contato e intercâmbio com universidades do exterior”, conta Paulo Renato.

Outro aspecto lembrado pelos reitores durante a cerimônia de criação do CIPES é que esta é a primeira entidade comum às três universidades, após a criação do Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (CRUESP), há dois anos. A expectativa, segundo Paulo Renato, é que “o Centro deverá ser o primeiro de uma série de eventos conjuntos, a exemplo do que existe entre as universidades americanas e européias, onde até mesmo programas de pós-graduação são ministrados conjuntamente”.

ESTRUTURA

A administração superior do CIPES é composta por um Conselho de Direção, integrado por seis conselheiros — os próprios reitores da UNESP, UNICAMP e USP e mais um representante de cada universidade — e uma Secretaria Executiva.

O Centro será instalado no prédio da Antiga Reitoria da USP e começará a atuar ainda no mês de maio, segundo previsão de seus conselheiros.

Cruesp tem novo presidente

O novo presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP) é o reitor da UNICAMP, professor Paulo Renato Costa Souza, que aceitou a indicação formulada pelos professores Jorge Nagle, da UNESP, e José Goldemberg, da USP. O mandato é de doze meses.

Desde sua criação, há dois anos, o Conselho vinha sendo presidido pelo reitor Jorge Nagle.



Na Assessoria, a demonstração de equipamentos de vídeo



Comissão define órgãos centrais da Universidade

A Comissão de Estudos, que vem elaborando o novo Estatuto, definiu, nas discussões realizadas em abril, a maneira pela qual será organizada a administração central da Universidade. Os órgãos centrais serão: Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, Conselho de Administração e Desenvolvimento e a Reitoria.

(Redação Aprovada pela Comissão do Estatuto)

TÍTULO III

Da Administração da Universidade

CAPÍTULO I

Da Administração Central

Artigo 16 — São órgãos da administração central:

- I — Conselho Universitário;
- II — Conselhos Centrais:
- 1 — Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE);
- 2 — Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE);
- III — Reitoria.

Seção I

Do Conselho Universitário

Artigo 17 — O Conselho Universitário, instância superior da Universidade, de caráter normativo e deliberativo, tem a seguinte composição:

- I — o Reitor, seu presidente nato;
- II — o Vice-Reitor;
- III — os Pró-Reitores de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, a da Extensão Universitária e Assuntos Comunitários;
- IV — os Diretores das Unidades Universitárias;
- V — os Presidentes dos Conselhos Regionais;
- VI — um representante das Unidades a que se refere o artigo 9º deste Estatuto, eleito pelos respectivos Diretores, dentre seus pares;
- VII — um representante docente, por Unidade Universitária;
- VIII — representação discente, na proporção de 1/5 do total dos membros referidos nos incisos de I a VII, vedado mais de um representante por Campus;
- IX — representação do corpo técnico-administrativo, na proporção de 1/5 do total dos membros referidos nos incisos de I a VII, vedado mais de um representante por Campus ou da Reitoria;
- X — um representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP;
- XI — um representante das Associações Patronais;
- XII — um representante das Associações dos Trabalhadores.

§ 1º — Os membros do CO terão os seguintes mandatos:

- 1 — coincidente com o exercício das respectivas funções, no caso dos incisos de I a VI;
 - 2 — dois anos para os representantes a que se referem os incisos VII e de IX a XII;
 - 3 — um ano para a representação discente.
- § 2º — Os representantes docentes e do corpo técnico-administrativo e respectivos suplentes serão eleitos por seus pares, em eleições convocadas pelo Reitor.
- § 3º — A representação discente, integrada por alunos regulares, dos quais pelo menos 3 (três) da pós-graduação e estrangeiros aos quadros da Universidade, será indicada na forma da legislação em vigor.
- § 4º — Os representantes referidos nos incisos de X a XII serão estrangeiros aos quadros da Universidade e indicados na forma estabelecida pelo CO.
- § 5º — O Reitor terá também direito a voto de qualidade.
- § 6º — Não será permitida a participação de membros do CO em mais de um dos demais Colegiados Centrais.

Artigo 18 — São atribuições do CO:

- I — traçar as diretrizes gerais e exercer a jurisdição superior da Universidade;
- II — definir as diretrizes básicas do ensino, da pesquisa e da extensão universitária;
- III — planejar o desenvolvimento das atividades da Universidade, definindo metas, estratégias de ação e respectivas repercussões orçamentárias;
- IV — acompanhar o desenvolvimento das atividades a que se refere o inciso anterior, promovendo meios para sua avaliação e aperfeiçoamento;
- V — definir os Núcleos Regionais a estabelecer a composição e as competências dos respectivos Conselhos;
- VI — emendar o Estatuto e o Regulamento Geral da UNESP, por deliberação de 2/3 da totalidade de seus membros em exercício;
- VII — aprovar os Regimentos das Unidades Universitárias, das Unidades a que se refere o artigo 9º deste Estatuto, dos Conselhos Centrais e dos Conselhos Regionais;
- VIII — aprovar a proposta orçamentária da UNESP;
- IX — autorizar inversões de capital;
- X — autorizar a alienação de bens imóveis da UNESP, por deliberação de 2/3 da totalidade de seus membros em exercício;
- XI — deliberar sobre a aceitação de legados e doações, quando clausulados;
- XII — aprovar os Estatutos do pessoal docente e do técnico-administrativo;
- XIII — deliberar sobre a criação, a extinção, o desligamento e a incorporação de Campus ou das Unidades, ouvido o respectivo Conselho Regional;
- XIV — estabelecer a ordem de sucessão dos Pró-Reitores, nas substituições eventuais do Reitor e do Vice-Reitor;
- XV — conferir, por deliberação de 2/3 da totalidade de seus membros em exercício, títulos de Doutor "Honoris Causa" e de Professor Emérito, prêmios e outras dignidades universitárias;
- XVI — estabelecer normas para reconhecimento de títulos acadêmicos obtidos fora da UNESP;
- XVII — fixar os quadros de pessoal da UNESP;
- XVIII — deliberar sobre a criação de cursos de graduação e de pós-graduação, ouvido o respectivo Conselho Regional;
- XIX — deliberar sobre acordos e convênios;

XX — constituir Comissão Especial para exercer as funções da Congregação, quando for o caso;

XXI — interpretar este Estatuto e o Regulamento Geral e resolver os casos neles omissos;

XXII — delegar competências, por deliberação de 2/3 da totalidade de seus membros em exercício;

XXIII — julgar, em grau de recurso, deliberações do CEPE e do CADE;

XXIV — exercer quaisquer outras atribuições decorrentes da lei, deste Estatuto e do Regulamento Geral, em matéria de sua competência.

Artigo 19 — O Conselho Universitário reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo Reitor ou pela maioria da totalidade de seus membros em exercício.

Artigo 20 — O Conselho Universitário poderá constituir comissões assessoras permanentes e transitórias.

Seção II

Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária

Artigo 21 — O CEPE, colegiado deliberativo e consultivo, tem a seguinte composição:

I — os Pró-Reitores de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, e de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários;

II — dezoito docentes, dos quais 9 (nove) indicados pelo CO dentre seus membros, e 9 (nove) eleitos por seus pares, vedado mais de um representante por Unidade Universitária;

III — o Presidente da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT);

IV — um representante docente de cada Conselho Regional, eleito pelo respectivo Conselho, dentre seus membros;

V — representação discente na proporção de 1/5 do total dos membros referidos nos incisos de I a IV, indicada na forma da legislação em vigor;

VI — dois servidores técnico-administrativos, sendo um escolhido pelo CO dentre seus membros, e um eleito por seus pares;

VII — dois servidores técnico-administrativos indicados pelo CADE, dentre seus membros.

§ 1º — Pelo menos 9 (nove) dos representantes docentes junto ao CEPE serão doutores, dos quais, no mínimo 3 (três) portadores de título acadêmico superior.

§ 2º — Pelo menos 2 (dois) dos representantes discentes junto ao CEPE serão alunos regulares da pós-graduação, estrangeiros aos quadros da Universidade.

§ 3º — O Presidente e o Vice-Presidente do CEPE serão eleitos pelo Colegiado dentre os Pró-Reitores referidos no inciso I deste artigo, com mandato de um ano.

§ 4º — Os membros do CEPE terão os seguintes mandatos:

- 1 — coincidente com o exercício das respectivas funções, no caso dos Pró-Reitores;
- 2 — coincidente com o respectivo mandato junto ao CO e CADE, no caso dos representantes indicados por esses Colegiados;
- 3 — coincidente com a duração da seu mandato junto ao respectivo Conselho Regional, no caso dos representantes referidos no inciso IV deste artigo;
- 4 — dois anos para os representantes docentes e técnico-administrativos, quando eleitos por seus pares;
- 5 — um ano para a representação discente.

Artigo 22 — O CEPE tem as seguintes comissões assessoras permanentes:

I — Comissão Central de Graduação (CCG);

II — Comissão Central de Pós-Graduação e Pesquisa (CCPG);

III — Comissão Central de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários (CCEU).

§ 1º — A CCG tem a seguinte composição:

- 1 — o Pró-Reitor de Graduação, seu presidente nato;
- 2 — quatro docentes, dos quais 2 (dois) indicados pelo CEPE dentre seus membros e 2 (dois) eleitos por seus pares;
- 3 — quatro Coordenadores de Curso de Graduação, de diferentes áreas de conhecimento, eleitos por seus pares;
- 4 — dois alunos regulares da graduação, indicados na forma da legislação em vigor.

§ 2º — A CCPG tem a seguinte composição:

- 1 — o Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, seu presidente nato;
- 2 — quatro docentes, com titulação mínima de Doutor, sendo 2 (dois) indicados pelo CEPE a 2 (dois) eleitos por seus pares;
- 3 — quatro Coordenadores de Curso de Pós-Graduação, de diferentes áreas de conhecimento, eleitos por seus pares;
- 4 — dois alunos regulares da graduação, estrangeiros aos quadros da Universidade, indicados na forma da legislação em vigor.

§ 3º — A CCEU tem a seguinte composição:

- 1 — o Pró-Reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, seu presidente nato;
- 2 — quatro docentes, sendo 2 (dois) indicados pelo CEPE, dentre seus membros, e 2 (dois) eleitos por seus pares;
- 3 — quatro presidentes das Comissões de Extensão Universitária das Congregações, eleitos por seus pares;
- 4 — dois discentes, indicados na forma da legislação em vigor;
- 5 — dois servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares.

§ 4º — O Presidente das Comissões referidas neste artigo será substituído pelo docente mais titulado e com maior tempo de exercício no cargo ou função, membro da respectiva Comissão.

§ 5º — Os membros da CCG, CCPG e CCEU terão os seguintes mandatos:

- 1 — coincidente com o exercício das respectivas funções, no caso dos Pró-Reitores, dos representantes dos Coordenadores de Graduação e de Pós-Graduação das Unidades Universitárias e dos Presidentes das Comissões de Extensão Universitária das Congregações;
- 2 — dois anos para os representantes docentes e técnico-administrativos, quando eleitos por seus pares;
- 3 — coincidente com o respectivo mandato no CEPE, no caso da representantes indicados por esse Colegiado;
- 4 — um ano para a representação discente.

Artigo 23 — O CEPE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por

seu presidente ou pela maioria de seus membros em exercício.

Artigo 24 — Ao CEPE compete:

- I — manifestar-se sobre:
 - a — criação, extinção, desligamento a incorporação de Campus ou de Unidades;
 - b — criação de cursos de graduação e de pós-graduação;
 - c — normas para reconhecimento de títulos acadêmicos obtidos fora da UNESP;
 - d — acordos e convênios, em matéria de sua competência;
- II — deliberar sobre:
 - a — criação de Unidades Auxiliares;
 - b — regulamentação de cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão universitária;
 - c — cursos de especialização e aperfeiçoamento;
 - d — criação e extinção de departamentos;
 - e — transferência de pessoal docente;
 - f — forma de ingresso de candidatos aos cursos de graduação;
 - g — estrutura curricular dos cursos de graduação e de pós-graduação;
 - h — número de vagas por curso, ouvida a Congregação Interessada;
 - i — Regimento Geral de Pós-Graduação;
 - ii — fixar, anualmente, o calendário escolar;
 - iii — estabelecer normas para:
 - a — avaliação da produção acadêmica dos docentes, dos Departamentos e das Unidades Universitárias;
 - b — concursos de pessoal docente;
 - c — avaliação e promoção de alunos;
 - d — matrícula, trancamento, suspensão e cancelamento de matrícula, bem como transferência de alunos;
 - e — concessão de bolsas de estudo;
 - f — afastamento de pessoal docente.
 - iv — aprovar os programas de concurso de pessoal docente;
 - v — reconhecer títulos acadêmicos obtidos fora da UNESP, ouvida a respectiva Congregação;
 - vi — aprovar a distribuição das disciplinas pelos departamentos e o respectivo número de créditos;
 - vii — apreciar os relatórios anuais de avaliação, encaminhados pelas Congregações, e elaborar o relatório geral da Universidade;
 - viii — revalidar diplomas e títulos acadêmicos obtidos no exterior;
 - ix — exercer quaisquer outras atribuições decorrentes da lei, deste Estatuto e do Regimento Geral, em matéria de sua competência.

Seção III

Do Conselho de Administração e Desenvolvimento

Artigo 25 — O CADE, colegiado deliberativo e consultivo, tem a seguinte composição:

- I — o Vice-Reitor, seu presidente nato;
- II — quatro diretores de Unidades Universitárias, eleitos pelo CO;
- III — os presidentes dos Conselhos Regionais;
- IV — quatro docentes, dos quais 2 (dois) indicados pelo CO dentre seus membros a 2 (dois) eleitos por seus pares;
- V — dois docentes indicados pelo CEPE, dentre seus membros;
- VI — representação discente na proporção de 1/5 da totalidade dos membros referidos nos incisos de I a V, indicada na forma da legislação em vigor;
- VII — oito servidores técnico-administrativos, dos quais 4 (quatro) indicados pelo CO dentre seus membros e 4 (quatro) eleitos por seus pares.

§ 1º — O Vice-Presidente do CADE será eleito pelo Conselho dentre seus membros docentes não integrantes do CEPE.

§ 2º — Os membros do CADE terão os seguintes mandatos:

- 1 — coincidente com o exercício das respectivas funções no caso do Vice-Reitor, dos Diretores de Unidades Universitárias e dos Presidentes dos Conselhos Regionais;
- 2 — dois anos para os representantes docentes e técnico-administrativos, quando eleitos por seus pares;
- 3 — coincidente com o respectivo mandato junto ao CO e ao CEPE, no caso de representantes indicados por esses Colegiados;
- 4 — um ano para a representação discente.

Artigo 26 — O CADE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou pela maioria da seus membros em exercício.

Artigo 27 — O CADE poderá constituir comissões assessoras permanentes e transitórias.

Artigo 28 — Compete ao CADE:

- I — manifestar-se sobre:
 - a — acordos e convênios, em matéria de sua competência;
 - b — proposta orçamentária da UNESP;
 - c — propostas de inversão de capital;
 - d — aceitação de legados e doações, quando clausulados;
 - e — Estatutos do pessoal docente e do técnico-administrativo.
- II — deliberar sobre:
 - a — taxas, emolumentos ou honorários cobrados pela expedição de documentos ou pela prestação de serviços;
 - b — criação, extinção e modificação de funções autárquicas;
 - c — transferência de pessoal técnico-administrativo;
 - d — lotação e rotação de cargos e funções autárquicas;
 - e — aceitação de legados e doações sem encargos e vinculações;
 - f — propostas de fixação e alteração de estruturas administrativas.
- III — propor normas para:
 - a — fixação dos quadros de pessoal da Universidade;
 - b — afastamento de pessoal técnico-administrativo;
 - c — concursos para provimento de funções autárquicas.
- IV — propor o sistema remuneratório para o quadro da Universidade;
- V — propor medidas que visem ao aperfeiçoamento da administração da Universidade;
- VI — exercer quaisquer outras atribuições, decorrentes da lei, deste Estatuto ou do Regimento Geral, em matéria de sua competência.

Professor organiza simpósio na Holanda

O professor Paulo Rodolfo Leopoldo, do Departamento de Engenharia Rural da Faculdade de Ciências Agrônomicas do campus de Botucatu, é o responsável pela organização de um dos simpósios a ser realizado durante o 46º Congresso Internacional de Americanistas. O evento, de caráter multidisciplinar, trata dos mais variados assuntos sobre o continente americano e é realizado a cada dois anos. Desta vez — de 4 a 8 de julho próximo — será em Amsterdam, Holanda.

A cargo do professor Paulo Rodolfo está o "Simpósio sobre a Amazônia", subordinado ao tema "Desmatamento e possíveis efeitos". Na pauta, os assuntos: recursos botânicos; interação entre a floresta e a atmosfera, e a colonização ao longo da Transamazônica. O professor Paulo Rodolfo, para concretizar o seu trabalho, vem contando com o apoio da FCA, Capes, CNPq, Fapesp e Fundação Ford.

Villa-Lobos — A revista francesa "L'Education Musicale", destinada a estudiosos da música clássica, publicou um artigo da professora do IAP — campus de São Paulo, Maria de Lourdes Sekeff, sobre Villa-Lobos. Com o título "Villa-Lobos, o Piá", o artigo aborda o repertório do compositor voltado para o universo da criança e também para o folclore brasileiro.

Irrigação — Atendendo a solicitação do Ministério da Irrigação, a Fundação Victor Civita e a Editora Mater publicaram o manual "Tempo de Irrigar". Destinado ao "agricultor irrigante", o manual contou com a colaboração, na qualidade de consultor, do professor Jairo Augusto Campos de Araújo, do Departamento de Engenharia Rural da FCAV-Jaboticabal. O professor representa a UNESP como coordenador técnico junto ao Programa Nacional de Irrigação (PRONI).

Homenagem — Elena Andreoli Ralle, licenciada em Letras Neolatinas pelo IBILCE - campus de São José do Rio Preto, onde também lecionou entre 1962 e 1964, faleceu em outubro do ano passado na França. Desde que deixou o Brasil, no momento do golpe de Estado, ministrou aulas na Faculdade de Toulouse e na de Besançon. Esta, em homenagem póstuma, deu seu nome a uma das salas da Faculdade e instituiu o prêmio "Elena Ralle" para as melhores dissertações e teses sobre a América Latina.

Condecoração — Por seus serviços prestados à integração do cooperativismo americano, o professor Roberto Rodrigues, do Departamento de Economia Rural da FCAV — campus de Jaboticabal, foi condecorado pela Organização de Cooperativas da América, — fato inédito para um líder cooperativista latino-americano — no dia 10 de março, pela passagem dos 25 anos da Organização. O professor foi condecorado também pelo Itamarati com o Grau de Comendador da Ordem do Rio Branco, no dia 20 de abril, dia do Diploma.

Publicações — Há 10 anos no Brasil ministrando a disciplina de Organologia (estudo dos instrumentos musicais) no IAP - campus de São Paulo, o professor francês Roger Cotte, ex-docente das universidades de Paris (Sorbonne) e de Reims, publicou, recentemente, na França, dois livros: "Musique et Symbolisme" e "La Musique Maçonique". Este último foi considerado um sucesso editorial e já está na terceira edição. O livro, que relata sua tese defendida na Sorbonne, lhe rendeu, no mês passado, o primeiro prêmio como melhor escritor esotérico no Salão do Livro de Carcassonne, França.

Abolição tem programação em todas unidades

“Abolição: um século depois”, é o título da programação coordenada pela Comissão de Atividades Culturais (CAC) com vistas ao 13 de maio deste ano, quando se comemora o centenário da abolição da escravatura no Brasil. Serão cinquenta eventos, distribuídos pelos 14 campus da UNESP nos meses de maio a novembro (veja o quadro). Segundo a professora Lúcia Helena Lodi, do campus de São José do Rio Preto e presidente da CAC, a programação foi organizada objetivando, ao lado da discussão acadêmica, mostrar a manifestação e a influência da cultura negra na vida nacional. Paralelamente, fornecerá subsídios aos pesquisadores e outros agentes culturais interessados na divulgação e aprofundamento de trabalhos correlatos.

A promoção conta com apoio do CNPq, do Ministério da Cultura — através do Programa Nacional do Centenário da Abolição —, e da Assessoria de Comunicação e Cultura da Reitoria. São cinco eventos básicos — feiras de livros, exposições de artes plásticas, shows cênico-musicais, ciclo de cinema e recitais — distribuídos de acordo com os interesses das unidades universitárias. O objetivo da CAC é o de que os eventos sejam presenciados não só por alunos; professores e funcionários da Universidade mas também pela comunidade das cidades unespianas.

Dentro da programação está previsto para o dia 18 deste mês um encontro de pesquisadores da UNESP, em Araraquara. O objetivo é congrega em um evento multidisciplinar estudiosos de variadas formações e que tratam, em seu trabalho acadêmico, da questão do negro e da cultura negra.

ABOLIÇÃO: UM SÉCULO DEPOIS

EVENTOS	ARACATUBA	ARARAQUARA	ASSIS	BOTUCATU	FRANCA	GUARATINGUETÁ	ILHA SOLTEIRA	JABOTICABAL	MARILIA	P. PRUDENTE	RIO CLARO	SÃO JOSÉ CAMPOS	SÃO JOSÉ RIO PRETO	SÃO PAULO IAP
FEIRA DE LIVROS		17 a 20/05	13 a 17/06			21 a 26/11			26 a 28/05	09 a 15/05	25 a 30/09		20 a 24/06	
ARTES PLÁSTICAS "DA SENZALA À COLÔNIA"	12 a 17/09	16 a 20/05	06 a 11/06	09 a 14/05	10 a 15/10	01 a 06/08	20 a 25/06	26 a 01/10	21 a 26/11	07 a 12/11	24 a 29/10	15 a 20/08	13 a 18/06	29 a 03/09
SHOW CÊNICO-MUSICAL "NOSSA RAÇA: PONTO E CONTRAPONTO"				23/05		15/08	11/9	13/06			06/06	29/08	12/09	
CICLO DE CINEMA	06 a 10/06	03 a 07/10	12 a 16/09	07 a 11/11	22 a 26/08	26 a 30/09	19 a 23/09	17 a 21/10	13 a 17/06	08 a 12/08	20 a 24/06	21 a 25/11	15 a 19/08	24 a 28/10
RECITAL "RAÍZES NEGRAS DA MÚSICA ERUDITA BRASILEIRA"	19/8		04/06	18/09		16/09			03/06	05/06			15/09	
ENCONTRO DE PESQUISADORES		18 a 20/05												

PROMOÇÃO: Comissão de Atividades Culturais — CAC — Reitoria Unesp

APOIO: Programa Nacional do Centenário da Abolição — Minc — CNPq — Assessoria de Comunicação e Cultura

Três unidades no campus de Bauru

A cidade de Bauru será sede do 15º campus da UNESP. A medida foi aprovada pelo Conselho Universitário (C.O.), em sessão realizada no dia 28 de abril, e visa atender ao processo de incorporação da Universidade de Bauru (UB) pela UNESP, conforme decisão anteriormente tomada pelo próprio colegiado e que contou com a aprovação do Governo do Estado.

Como a criação do novo campus implica em alteração do estatuto da UNESP, ela somente será oficializada depois de aprovada pelo Conselho Estadual de Educação e quando o governador Orestes Quêrcia publicar o necessário decreto no Diário Oficial. A partir desse momento, a UNESP estará legalmente em condições de receber toda a estrutura da Universidade de Bauru, que, então, será extinta.

Naquela mesma sessão, o C.O. aprovou também que o campus de Bauru será composto de três unidades universitárias e de duas “outras unidades” (o Colégio Técnico Industrial e o Instituto de Pesquisas Meteorológicas) e que integrará o Distrito Universitário Oeste, do qual já fazem parte os campus de Presidente Prudente, Assis e Marília. A pro-

posta apresentada ao Conselho foi o resultado dos estudos elaborados pela comissão constituída pelo reitor Jorge Nagle — integrada por representantes das duas instituições — e presidida pelo vice-reitor Paulo Landim — com a finalidade de adequar as condições da UB à estrutura da UNESP.

As unidades universitárias do campus de Bauru, com seus respectivos cursos, serão as seguintes:

— **Faculdade de Engenharia:** Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Tecnologia Agrícola, Tecnologia Civil, Tecnologia Eletrônica, Tecnologia Mecânica, Tecnologia de Processamentos de Dados.

— **Faculdade de Ciências:** Biologia; Educação Física, Psicologia, Matemática, Física, Ciência da Computação.

— **Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação:** Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social (habilitações em Jornalismo e em Relações Públicas), Comunicação Visual, Desenho Industrial, Educação Artística.

Publicação revela boa cotação para cursos

A Editora Abril acaba de lançar o Guia do Estudante, uma publicação destinada a pré-vestibulandos e que reúne informações das mais variadas sobre cursos e profissões de nível universitário. Nesta edição, além de uma “ficha técnica” sobre as 765 escolas superiores do país, o Guia traz uma descrição do cotidiano de 114 universidades brasileiras, onde a UNESP ocupa o segundo maior espaço, com um perfil geral sobre o conjunto da Universidade e um mais detalhado sobre seus três campus complexos: Araraquara, Botucatu e Rio Claro.

A Universidade de Bauru também teve seu espaço, independente do da UNESP, mas também é colocada já como uma entidade unespiana.

CLASSIFICAÇÃO

A novidade desta edição do Guia do Estudante da Abril é a classificação dos 4.025 cursos de graduação existentes no país, divididos em 85 profissões, em cinco categorias: excelente, muito bom, bom, regular e fraco. O resultado revelou um panorama negativo: 47,3% são considerados fracos, 29,1% regulares, 17,9% bons, 4,7% muito bons e apenas 1% é tido como excelente. Diante desse quadro, os cursos da UNESP estão muito bem cotados: todos receberam o conceito muito bom e bom, com apenas dois regulares e nenhum fraco.

Vale ressaltar que muitos dos cursos avaliados não tiveram conceito excelente em nenhuma instituição no Brasil.



A UNESP na Feira de Biotecnologia

Com um estande de 22 metros quadrados, quatro unidades universitárias marcaram a presença da UNESP na FENABIO — 1º Congresso e Feira Nacional de Biotecnologia —, realizada no Rio de Janeiro, no período de 4 a 8 de abril.

A FCA-Botucatu, o IQ-Araraquara, a FCAV-Jaboticabal e o IB-Rio Claro apresentaram, através de painéis, vídeos, folhetos, materiais “in vitro” e protótipos, as 42 linhas de pesquisa em Biotecnologia que vêm sendo de-

envolvidas na Universidade.

Bastante visitado, o estande contou com a presença de docentes e alunos envolvidos nos projetos apresentados, além de funcionários de apoio.

A participação da UNESP na FENABIO se deu através do convite e patrocínio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. A próxima Feira de Biotecnologia, de caráter internacional, será realizada em São Paulo, em maio de 1989.

Mais dois pólos de informática

Várias inaugurações foram realizadas durante o mês de abril, em diversos campus da UNESP. Dando continuidade ao Plano Diretor da Informática, mais duas Unidades de Processamento de Dados, entraram em funcionamento. O pólo de Guaratinguetá, no dia 7 e o de Jaboticabal, no dia 12. As duas UPDs, além de contarem com laboratórios didáticos que proporcionarão um melhor ensino, atenderão às áreas de pesquisa, administração universitária e extensão de serviços à comunidade.

Ainda em Jaboticabal, na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), foram inaugurados o bloco do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, com doze laboratórios e salas, o prédio do biotério, ligado ao Departamento de Tecnologia, o estábulo experimental de bovinos, do Departamento de Patologia Veterinária, o Centro Radiológico do Hospital Veterinário e, por último, a ampliação do Departamento de Engenharia Rural, em uma área de 240 m².

Botucatu comemora aniversário da FCMBB

A comunidade unespiana de Botucatu reuniu-se no dia 22 de abril último para comemorar os 25 anos de criação da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas da cidade. Em sessão solene realizada nas dependências do campus de Rubião Júnior, foram homenageados os primeiros professores e funcionários da antiga FCMBB, muitos deles ainda em atividade. Vários ex-alunos compareceram ao evento, que teve como orador o professor emérito Mário Rubens Montenegro.

FE-Guaratinguetá tem novo diretor e vice

O professor Nelson Múrcia é, desde o dia 11 de abril, o novo diretor da Faculdade de Engenharia do campus de Guaratinguetá. A solenidade de posse se deu na Reitoria; compareceram docentes e alunos da Faculdade, além do prefeito de Guaratinguetá, Walter de Oliveira Mello, e repórteres da imprensa local. Até então, a unidade vinha sendo dirigida pelo professor Antônio Gilberto Fillipo Fernandes.

Já no dia 20, tomou posse o novo vice-diretor da FEG, professor Fernando Augusto Silva Marins, que substituiu o professor Vagner José Oliva.

Durante as duas cerimônias, o reitor Jorge Nagle enfatizou a necessidade de tanto o campus de Guaratinguetá quanto o de São José dos Campos, ampliarem sua área de atuação. "Precisamos multiplicar os cursos,

IBILCE
O Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), do campus de São José do Rio Preto, realizou as inaugurações de uma padaria experimental, doada pela Prefeitura Municipal, e de um Laboratório de Línguas, cedido pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) do campus de Franca, que não era utilizado há onze anos, quando o curso de Letras foi desativado na Unidade.

A padaria, equipada com um forno, uma massadeira, uma modeladora para pães e um cilindro, terá grande importância nas aulas práticas da disciplina de Tecnologia de Moagem e Panificação do curso de Engenharia de Alimentos. O Laboratório, da marca Sony, tem dois gravadores de rolo, um toca-discos, um amplificador e vinte cabines acopladas a gravadores K-7, microfones e fones de ouvido. O equipamento é indispensável ao ensino de línguas estrangeiras, principalmente bacharelado em Tradução, além de servir a outras disciplinas do curso de Letras.

Para mostrar a trajetória da instituição foi organizada uma exposição com fotos e recortes de jornais.

Além de ter levado para a região ensino universitário de bom nível, público e gratuito, a FCMBB deu origem às quatro unidades que integram hoje o campus de Botucatu da UNESP: Faculdade de Ciências Agrônômicas, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e Instituto de Biociências.



Fernando Marins e Nelson Múrcia

pois a região do Vale do Paraíba está desguarnecida de ensino universitário, público e gratuito", afirmou.

Caio Prado Júnior é motivo de Jornada de Estudos em Marília

A FEFCSD — campus de Marília — realizará nos dias 26 a 28 de maio, a Jornada de Estudos "Caio Prado Júnior" que objetiva discutir a importância deste autor contemporâneo para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. A intenção é "realizar um balanço crítico de sua produção e apontar novos desafios que estão sugeridos — mas não desenvolvidos — pelo autor em suas obras", explicam seus realizadores.

Entre os conferencistas estarão Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Luís Carlos Bresser Pereira. Aberta ao público em geral, as inscrições para a Jornada podem ser feitas na própria Faculdade; maiores informações ligar para o telefone (0144) 33-1844, R. 132.

Encontro de geógrafos realizado em Rio Claro resulta em publicação

O I Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), realizado em abril de 1987, em Águas de São Pedro (SP) e promovido pelo Departamento de Planejamento Regional do IGCE — campus de Rio Claro, resultou na publicação do Boletim de Geografia Teórica. O Boletim, editado pela Associação e Geografia Teórica, contou com auxílios financeiros da UNESP e da Comissão Organizadora do EGAL.

A publicação aborda os temas discutidos nas mesas-redondas, sobre Ensino Universitário e Pós-Graduação, Teoria e Pesquisa em Geografia e Atuação do Geógrafo como profissional. Para adquiri-la, os interessados podem escrever para a Caixa Postal 178 — CEP 13500 — Rio Claro (SP).

Agenda

ARAÇATUBA
• 18 a 20/5. VIII Jornada Acadêmica. Promoção do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia.

ARARAQUARA
• 2/5 a 20/6. Ciclo de Palestras na FCF: Saúde x Mulher; Economia Brasileira; Nutrição e Comportamento; Perfil Profissional do Farmacêutico. Promoção do Centro Acadêmico.
• 2 a 6/5. Semana do Cinema Nacional, na FO. Promoção do Diretório Acadêmico.
• 2 a 6/5. Semana do Cinema Alemão, na FO. Promoção do Diretório Acadêmico.
• 3 a 6/5. "O Interior Paulista em Debate: a Vida Rural", no ILCSE. Promoção do Departamento de Sociologia.

• 9 a 12/5. Mesa-redonda no ILCSE: A Escravidão e a Questão Racial. Promoção do Departamento de Sociologia.
• 9 a 12/5. Ciclo de Estudos sobre a Escola Normal Paulista, no ILCSE. Promoção do Departamento de Ciências da Educação.
• 9 a 27/5. Música na UNESP. Promoção do Diretório Acadêmico da FO.

• 9 a 12/5. I Simpósio de Educação Universitária da UNESP, no ILCSE. Promoção do Departamento de Psicologia da Educação.
• 10/5. Mesa-redonda no ILCSE: As Forças Armadas e Participação Política no Brasil. Promoção do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.

• 19/5. Curso de Prevenção da AIDS na FO. Promoção da Comissão de Educação Continuada e Comissão da Pré-Jornada Odontológica.
• 19/5. Mesa-redonda no ILCSE: Resgate da Razão. Promoção do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.

• 23 a 27/5. Palestras no ILCSE: II Arte-Facto. Promoção do Diretório Acadêmico "José Arantes".
• 23 a 26/5. III Semana de Estudos Clássicos, no ILCSE. Promoção do Centro de Estudos Clássicos.

• 24/5. Mesa-redonda no ILCSE: A Mulher e Representação Política. Promoção do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.
• 25 a 28/5. I Encontro Nacional de Incentivo à Pesquisa Científica em Homeopatia, na FCF. Promoção do Departamento de Princípios Ativos e Naturais e Centro Acadêmico.

• 30 e 31/5. Encontro de Professores de Geografia, no ILCSE. Promoção do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.

ASSIS
• 4/5. Palestra: A Poesia Brasileira Hoje. Promoção do Departamento de Literatura.
• 5 a 7/5. Concurso de Piano da UNESP. Promoção da Câmara de Graduação.
• 9 a 12/5. Ciclo de debates: Ensino ontem e hoje. Promoção do Diretório Acadêmico "XVI de Agosto".

• 10/5 a 30/6. Oficinas de Criação Artística. Promoção do Departamento de Letras Modernas.
• 19/5. Concerto de Alaúde e Flauta. Promoção do Departamento de Educação.
• 20/5. Laboratório: Atividades lúdicas em situações instrucionais. Promoção do Departamento de Educação.

• 21/5. Laboratório: Da Comunicação verbal ao jogo dramático. Promoção do Departamento de Educação.
• 25 a 27/5. Seminário: A escravidão em debate. Promoção do Departamento de História.
• 26 a 28/5. Semana de Italiano. Promoção do Departamento de Letras Modernas.

BOTUCATU
• 2 a 16/5. Curso de Extensão Universitária, no IB: A Escola em debate. Promoção do Departamento de Educação.
• 3/5. Teatro de Bonecos, no IB. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.

• 11 e 12/5. VII Jornada Paulista de Parasitologia, no IB. Promoção do Departamento de Parasitologia.
• 16 a 19/5. Exposição de pintura e vídeos, no IB, em comemoração da Abolição da Escravidão. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.

FRANCA
• 2 a 10/5. Mostra: Fotos e textos. Promoção do CEHG Roy.
• 9 a 12/5. Filmagem e palestra: Zumbi vive — o negro no contexto cultural. Promoção dos Departamentos de História Social, Política Econô-

mica, Educação, Serviço Social e Direito.
• 12 a 14/5. Encontro Estudantil (CONEHI). Promoção do CEHG Roy.
• 12 a 26/5. Filmes: Ana e os Lobos e Jardim dos Finzi Contini. Promoção do CEHG Roy.

ILHA SOLTEIRA
• 2/5 a 26/6. Cine Clube. Promoção do Diretório Acadêmico "XI de Abril".

JABOTICABAL
• 2 a 6/5. XIII Semana de Ciência e Tecnologia Agropecuária (SECITAP). Promoção do Diretório Acadêmico "Fernando Costa".

MARÍLIA
• 4/5. Mesa-redonda: Memória visual da escravidão. Promoção do Departamento de Sociologia e Antropologia.
• 19/5. Mesa-redonda: Ilustração e Revolução Francesa. Promoção do Departamento de Filosofia.

• 19 a 20/5. Palestra: Marketing em Bibliotecas. Promoção do Departamento de Biblioteconomia e Documentação.
• 20/5. Conferência: Uma experiência de educação comunitária — UEAC. Promoção do Departamento de Administração e Supervisão Escolar.

• 26/5. Projeção de filme sobre escravidão. Promoção do Departamento de Sociologia e Antropologia.
• 26 a 28/5. II Jornada de Ciências Sociais "Jornada de Estudos Caio Prado Jr.". Promoção do Departamento de Sociologia.

PRESIDENTE PRUDENTE
• 2 a 28/5. Seminário sobre o Centenário da Abolição da Escravidão. Promoção da Diretoria e Comissão Especialmente Constituída.
• 12/5. "O Som de Nossa Terra e Cultura de Nossa Região". Promoção do Diretório Acadêmico "3 de Maio".

• 17 a 31/5. Palestras: Meio Ambiente — Comprometimento Irreversível? Promoção dos Departamentos de Educação e Ciências Ambientais.

RIO CLARO
• 2/5 a 9/7. Ciclo de Eventos Culturais. Promoção do Centro de Estudos Geográficos "Dr. João D. Silveira".
• 16 a 20/5. Curso de Extensão no IGCE. Oceanografia. Promoção do Centro de Estudos Geográficos "Dr. João D. Silveira".
• 16 a 17/5. 3º Seminário de Ensino de Física, no IGCE. Promoção do Departamento de Física.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
• 2/5 a 27/10. Curso de Extensão Universitária: Periodontia Clínica. Promoção do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia e Associação de Ex-alunos da FO.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
• 3/5. Palestra: Dinâmica molecular e ação biológica. Promoção do Departamento de Física.
• 10/5. Palestra: Séries divergentes e equações diferenciais ordinárias holomorfas. Promoção do Departamento de Matemática.
• 12 a 14/5. II Encontro Italo-Brasileiro de Talasernas. Promoção do Departamento de Biologia.

• 23/5. Palestra: A Estatística e o instrumento de trabalho na pesquisa. Promoção do Departamento de Análise Numérica e Estatística.
• 24/5. Palestra: Interação de drogas com DNA. Promoção do Departamento de Física.
• 25/5. Palestra: A Gramática no Ensino de 1º Grau. Promoção do Departamento de Letras Vernáculas.

• 25/5 a 27/5. Reunião Regional da SBMAC. Promoção do Departamento de Análise Numérica e Estatística.
• 28 a 29/5. XII Encontro de Corais da UNESP. Promoção da Diretoria do Instituto, Coordenação Local do Encontro, CAC — Reitoria e GAAC.

SÃO PAULO
• 23/5. "Encontro com o Ritmo e o Som de Nossos Jovens", no IAP. Promoção do Departamento de Música.

Anote

CIRURGIA — A Disciplina de Cirurgia Plástica da FM-Botucatu promoverá, nos dias 10 e 11 de junho, o primeiro Curso de Trauma de Face e Cirurgia Crânio-Facial. Informações com o professor Fausto Viterbo, pelo telefone (0149) 22-0555, ramal 230.

CONCURSO — Centro de Estudo Portugueses "Jorge de Sena", do ILCSE-Araraquara, promoverá um concurso literário para universitários sobre a "Obra Poética de Fernando Pessoa". O prazo para entrega dos trabalhos é 30 de setembro. Informações: Caixa Postal 174 — CEP 14800 — Araraquara (SP) — Fone: (0162) 32-0444.

CONFERÊNCIAS — Estão programadas as seguintes conferências no IBILCE-São José do Rio Preto: 7/6 — Aspectos profissionais do estatístico na empresa privada; 13/6 — O latim pós-clássico e o Cristianismo; 16/6 — Paisagens e costumes americanos; 22/6 — Biologia de Echinodermata; 23/6 — A linguística de texto aplicada ao ensino de 1º e 2º graus.

GEOCIÊNCIAS — O IGCE-Rio Claro promoverá de 1 a 3 de setembro o III Simpósio de Quantificação em Geociências. O prazo para envio de trabalhos é 30 de julho e o de inscrições, 6 de agosto. Informações: Avenida 24-A, 1515 — CEP 13500 — Rio Claro (SP) — Fones: (0195) 34-0327 e 34-0522.

MICRONUTRIENTES — Será realizado, de 1 a 5 de agosto, na FCAV-Jaboticabal, o Simpósio sobre Micronutrientes na Agricultura. O prazo de inscrição é 30 de junho. Informações: Rodovia Carlos Tonanni, Km 5 — CEP 14870 — Jaboticabal (SP) — Fone: (0163) 22-4000, ramal 249.

SEMINÁRIOS — Serão realizados no IBILCE-São José do Rio Preto: IX Seminário Regional de Literatura "Arte e Cultura Negra", de 15 a 17 de junho, e Seminário "A Imagem do Negro na Literatura", de 21 a 24 de junho. Informações: Rua Cristóvão Colombo, 2265 — CEP 15055 — São José do Rio Preto (SP) — Fone: (0172) 32-4966.

Teses e dissertações

DOCENTES

• **João Francisco Galera Mônico** (IPEA — Presidente Prudente) "Ajustamento e Análise Estatística de observações aplicadas na detecção de deformação". Banca: Camil Gemael, José Bittencourt de Andrade e Jair Mendes Marques. Mestrado, dia 25 de março, na Universidade Federal do Paraná.

• **Carlos Roberto Ceron** (IBILCE — São José do Rio Preto) "Padrão de esterases no desenvolvimento de *Drosophila mulleri*, *D. arizonenses* e seus híbridos". Banca: Hermione Elly Melara de Campos Bicudo, Euclécia Primo Betioli Contel, Hebe Myrina Laghi de Souza, Carlos Ribeiro Vilela e João Stenghel Morgante. Doutorado, dia 13 de abril, no IB/USP.

• **Ueliton Fernandes França Ribeiro** (FMVZ — Botucatu) "Avaliação química de silagens de capim elefante (*Pennisetum purpureum*, Schum) e de bagaço de cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) tratado com hidróxido de sódio, preservadas com diferentes níveis de ácido propiônico". Banca: Widsney Alves Ferreira, Oswaldo Brinholi, Antonio Carlos Silveira, Disney Antonio Gonzalez, Hugo Tosi, Aleksandrs Spers e Ismael Antonio Bonassi. Doutorado, dia 21 de abril, na FMVZ/Botucatu.

ALUNOS

• **Roberto André Kraenkel** (IFT — São Paulo) "Cálculo Variacional Exterior". Banca: Ruben Aldrovandi, Carlos Edgard Harle, Bruto Max Pimentel Escobar, Gerson Francisco, Antônio José Accioli, Victor de Oliveira Rivelles e Luiz Agostinho Ferreira. Doutorado, dia 23 de março, no IFT/ São Paulo.

• **Tânia de Fátima Salvini** (IB — Botucatu) "Aspectos Morfológicos e Histoquímicos do Músculo Gastrocnêmio do Gambá (*Didelphis azarae*, Temmick, 1825)". Banca: Jair de Campos Soares, Vitalino Dall Pai e Humberto Santo Neto. Mestrado, dia 28 de março, no IB/ Botucatu.

• **José Roberto Monteiro de Moraes** (FO — Araraquara) "Estudo histológico da ação do formocresol de Buckley's em dentes deciduos humanos, pulpótomizados e selados com pasta de óxido de zinco e eugenol". Banca: João Bausells, Célio Persinoto, Sosígenes Victor Benfatti, Antonio Carlos Usberti e Rosa Anita Rocca. Doutorado, dia 14 de abril, na FO/ Araraquara.

• **Luís Dias Almeida** (IFT — São Paulo) "Quebra da simetria quiral na QED". Banca: Adriano Antônio Natale, Gil da Costa Marques, Juan Carlos Monteiro Garcia e Ruben Aldrovandi. Mestrado, dia 14 de abril, no IFT/ São Paulo.

• **Heraldo Cesar Gonçalves** (IB — Botucatu) "Análise populacional de uma translocação Robertsoniana em Caprinos". Banca: William Jorge, Marcos Antonio Giannoni e Eunice Oba. Mestrado, dia 21 de abril, no IB/ Botucatu.

• **Ivanildo Sobral Santos** (FCA — Botucatu) "Disposição de fileiras, arranjos e densidades de plantio em alho (*Allium sativum* L.) CV. Roxo Pérola de Caçador". Banca: Norberto da Silva, Antonio Celso Wagner Zanin, Paulo Donato Catellane, Keigo Minami e João Domingues Rodrigues. Mestrado, dia 27 de abril, na FCA/Botucatu.

• **Mônica Maria Bueno de Moraes** (IB — Rio Claro) "Estudo morfológico e genético das antenas de abelhas da família Apidae (Hymenoptera, Apoidea)". Banca: Antonio Carlos G. Stort, Lionel Segui Gonçalves, Warwick Estevam Kerr, José Chaud Netto e Ademilson Spencer E. Soares. Doutorado, dia 29 de abril, no IB/ Rio Claro.

• **Maria Izabel Camargo Mathias** (IB — Rio Claro) "Morfo-histologia da genitália interna de fêmeas de *Neoponera villosa* e comparação com os 'corpóra allata' (Hymenoptera: Ponerinae). Banca: Flávio Henrique Caetano, Carlos Roberto Ferreira Brandão e Carminda da Cruz Landim. Mestrado, dia 22 de abril, no IB — Rio Claro.

Diretoria de Fomento tem a marca da agilidade

Com apenas nove meses de funcionamento, a Diretoria de Fomento à Pesquisa da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP) já pode sentir que está atingindo seus objetivos. Além de liberar maior quantidade de recursos para pesquisas do que a antecessora Comissão de Projetos Especiais, a Diretoria inaugurou, na Universidade, uma nova modalidade que visa ao aprimoramento dos docentes: os auxílios para participação em eventos científicos.

A Diretoria está a cargo da professora Carminda da Cruz Landim, formada em Ciências Naturais pela USP. Ela ajudou a montar o curso de Ciências Biológicas da antiga Faculdade de Ciências e Letras de Rio Claro (hoje Instituto de Biociências) em 1959, ano em que iniciou sua carreira docente. Sempre vinculada ao que é hoje o campus de Rio Claro, a professora Carminda não limitou sua atuação às atividades de sala de aula e laboratório. Fez cursos nos Estados Unidos, Alemanha e Holanda e participou de congressos em outros oito países; participou do conselho da SBPC por mais de um mandato e atua como consultora de órgãos de financiamento de pesquisa; na UNESP, participou do C.O. como representante da sua categoria docente (titular), foi membro da CPRT e presidente da Câmara Central de Pós-Graduação e do Conselho Curador da VUNESP. Atual diretora do IB-Rio Claro, a professora Carminda fala, nesta entrevista, sobre a Diretoria de Fomento à Pesquisa da FUNDUNESP.

Quando da instalação da Fundação, a senhora disse que a Diretoria de Fomento à Pesquisa funcionaria, pelo menos no começo, como um balcão de financiamento. Após alguns meses de atividades, como é que esse tipo de prática está se mostrando?

Acho que está se mostrando como necessária, porque recebemos numerosos pedidos que às vezes têm dificuldade de obter financiamento fora, como os da área de humanas, onde tem havido a maior demanda. Acho importante que isso esteja acontecendo, porque ocorrem normalmente duas coisas nesta área: primeiro — e acredito que isso já esteja mudando — as ciências humanas não têm tradição de se dirigir às agências de fomento à pesquisa. Em segundo lugar, e justamente por causa do primeiro, as agências geralmente não estão preparadas para atender a essa área, ou seja, não têm um corpo de assessores, não sabem o que está sendo desenvolvido etc., criando um círculo vicioso. Em linhas gerais, considero que o sistema de balcão esteja funcionando bem.

A senhora considera bom o nível dos pedidos?

Considero. Como não sou da área de humanas, eu me baseio no julgamento dos assessores. Mas, tanto quanto posso compreender, os projetos apresentados são de interesse, de cunho social relevante e de uma abordagem científica.

Dentro de um contexto mais amplo de financiamento à pesquisa, onde se inclui o CNPq, FINEP, CAPES e FAPESP, como é que se insere a Diretoria de Fomento da FUNDUNESP? Ouve-se dizer que a UNESP agora criou a sua FAPESP.

A FAPESP trabalha principalmente



nessa linha que a Diretoria de Fomento está trabalhando, quer dizer, de ser um balcão para atender a uma demanda espontânea da comunidade. O CNPq já tem algumas maneiras diferentes de trabalhar, como o desenvolvimento de projetos próprios. Acho que é nesse sentido que se diz que a UNESP criou a sua FAPESP, porque está funcionando nos mesmos moldes. Aliás, o nosso formulário é idêntico ao da FAPESP, porque achamos que ele é o mais completo e o que melhor explicita os dados, em relação ao das demais agências.

A USP e a UNICAMP são colocadas, na imprensa, como tendo como ponto forte a pesquisa. A UNESP já não. A pesquisa aparece relegada a um segundo plano. Como a senhora vê esse tipo de problema?

Vejo como um resultado do desconhecimento do que é a UNESP. Não acredito que, se fizermos um levantamento numérico, a UNESP fique atrás. O que acontece é que a USP, por ter mais tradição e estar localizada num centro, tem possibilidades de interações diferentes. Mas ambas se aproximam no enfoque que dão ao ensino e à pesquisa. A UNICAMP, entretanto, tem uma maneira diferente de encarar o ensino e a pesquisa, mais dirigidos para a empresa, para a tecnologia e tem sido agressiva nessa interação com a sociedade. A UNESP, seguindo a trilha da USP, enfrenta a dificuldade da localização e do tempo para formar a tradição. Mas, em qualquer encontro científico da mais variada natureza, sempre vamos encontrar gente da UNESP participando.

Qual é o processo de tramitação dos pedidos na Diretoria de Fomento?

O interessado deve fazer o pedido. Em primeiro lugar, ele deve ser da UNESP. Claro que o projeto pode ser feito em colaboração com pessoal de outras instituições, mas seu responsável deve ser um docente da Universidade. O pedido é feito através do fornecimento de informações tanto do pesquisador como do projeto em si. Isso passa para uma assessoria, que vai avaliar o projeto e dar um parecer técnico a respeito. O projeto então volta para a Diretoria de Fomento, onde é examinado para verificar se existem problemas quanto a qualquer um dos itens. Nesse caso, é devolvido para o pesquisador para prestação de informações adicionais. Ao final, estando tudo correto e a Fundação tendo recursos, então é aprovado e o recurso atribuído, de acordo com o cronograma que o próprio pesquisador estabelece.

Quando a Diretoria de Fomento foi criada, a senhora colocou que havia uma previsão de, a partir de um certo momento, ela deixar de ser apenas um balcão pa-

ra passar para uma política mais ativa. Já existe alguma coisa nesse sentido?

Dentro da divisão de trabalho que se estabeleceu na FUNDUNESP, essa atividade mais agressiva ficou a cargo da Diretoria de Projetos Especiais. A Diretoria de Fomento ainda não tem uma visão muito clara de como está a demanda na UNESP. A minha intenção é de trabalhar com percentuais estipulados para cada modalidade de auxílio que concedemos — participação em reuniões científicas no país e no exterior, organização de reuniões na UNESP, aquisição de publicações etc. — e que o maior percentual seja para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Mas, por enquanto, temos tido muita demanda para participação em congressos e viagens no país e no exterior. Parece-me que os pesquisadores encontram dificuldade em ter esses determinados tipos de auxílios. O que estamos querendo é completar pelo menos um ano de funcionamento, para termos uma visão de como a demanda se coloca e, a partir daí, verificarmos quais são os pontos que poderiam ser enfatizados.

A Diretoria de Fomento absorveu ou, em certa medida, veio substituir a antiga Comissão de Projetos Especiais. Que salto a senhora vê nessa mudança?

O principal salto, pelo menos até agora, diz respeito à quantidade de recursos disponíveis, porque a Comissão tinha recursos limitados, além de atender a poucos itens, como material de consumo e serviços de terceiros. Além de ampliar as modalidades de auxílios, a Diretoria de Fomento dá recursos em quantidades maiores. Só nesse último mês de abril, chegamos a mais de quatro milhões de cruzados. Isso é só o que foi repassado, porque, como disse, os recursos são liberados de acordo com o cronograma do pesquisador; ou seja, estamos comprometidos com um volume muito maior. Além disso, o mais importante é a rapidez com que os recursos são liberados e a liberdade de seu uso. No caso da Comissão de Projetos Especiais, o pedido tinha que passar pela tramitação normal da Universidade e, portanto, enfrentar todos os entraves burocráticos. Com a FUNDUNESP isso não existe. Se o pesquisador preferir, ele recebe o dinheiro ou, se quiser, a Fundação adquire o material do fornecedor indicado. Esse é um aspecto que diferencia drasticamente a Comissão de Projetos Especiais e a FUNDUNESP.

O que é

A Diretoria de Fomento à Pesquisa foi criada em julho do ano passado com o objetivo de suprir duas carências referentes ao desenvolvimento da pesquisa na Universidade: a falta crônica de recursos próprios para a pesquisa e a ausência de mecanismos ágeis para gerenciar os recursos existentes e que causava ainda maiores perdas.

Até então, a tarefa de analisar e financiar os projetos de pesquisa na UNESP era atribuída à Comissão de Projetos Especiais. Em 1987, até o mês de agosto, a Comissão financiou um total de 84 projetos, com um custo de Cz\$ 2.160.000,00. A partir daquele mês, quando o encargo passou à Fundação, a Diretoria de Projetos Especiais destinou um total de Cz\$ 5.140.441,00 para projetos de pesquisas. Além disso, designou Cz\$ 1.526.151,00 para participação de pesquisadores em reuniões científicas. Neste ano, até março, dispendeu Cz\$ 3.038.848,00 em auxílios à pesquisa e Cz\$ 1.425.447,00 para participação em reuniões.

FCF vence obstáculos e ganha conceito

Ao estabelecer, em 1923, que os membros da Associação de Farmácia e de Odontologia de Araraquara estavam impedidos de auferirem lucros ou quaisquer outras vantagens, seus fundadores imaginavam que o princípio, por si só, seria suficiente para a manutenção de uma escola particular de alto nível. Não foi. Uma retrospectiva histórica da atual Faculdade de Ciências Farmacêuticas do campus de Araraquara da UNESP indica que outros valores e fatores pesaram igual ou mais do que aquela medida moralizadora. Sem ordem de prioridade, pode-se dizer que a) a determinação de professores, alunos e funcionários, b) a implantação do ensino gratuito, e c) a transformação em unidade universitária da UNESP, são dados fundamentais para se entender porque a FCF é classificada hoje como sendo uma das três melhores do Brasil, localizando-se no mesmo patamar de qualidade igualmente alcançado por suas congêneres da USP (a de São Paulo e a de Ribeirão Preto), segundo avaliação do Guia do Estudante, recentemente lançado pela Editora Abril.

A determinação foi uma herança valiosa que levou Bento de Abreu Sampaio Vidal a fundar a Escola de Farmácia e Odontologia no dia 2 de fevereiro de 1923. Em 1955, a instituição foi estadualizada dentro da política do então governador Lucas Nogueira Garcez de levar ensino superior público e gratuito para o Interior de São Paulo. Foi nesse período que surgiram alguns dos antigos Institutos Isolados de Ensino Superior que hoje compõem a UNESP. Em 1976, com a criação da Universidade, o curso de odontologia e o de farmácia ganharam unidades próprias. Somente nesse momento é que surgiu a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, que, inicialmente, ficou prejudicada: com o desmembramento, lhe sobraram apenas 27 professores.

A junção daqueles dados, no entanto, comprovam que as pessoas que atuavam no curso de farmácia e que posteriormente viveram a criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas souberam não só superar as dificuldades como também iniciar o novo caminho na direção certa. Veja: em

Serviço à comunidade é permanente e ágil

Ao inaugurar, em 1985, o Laboratório de Análises Clínicas, a FCF abriu caminho para realização de 163 tipos de exames, além dos testes de AIDS e atendimento aos bancos de sangue da cidade, executando sorologias completas. Ele foi idealizado para dar um estágio curricular de 360 horas aos alunos do nono período, ao mesmo tempo em que dirigia a prestação dos seus serviços à população de baixa renda. Em 1987 foram realizados mais de 42 mil testes. Até março deste ano já foram atendidas 1.577 pessoas, num total superior a 13 mil testes.

No ano passado a Secretaria de Saúde, via convênio, passou a utilizar o laboratório para os testes

termos de ensino, a instituição guarda a marca invejável de há cinco anos o índice de evasão de alunos ser igual a zero; na pesquisa, um exemplo significativo é o fato de o Departamento de Ciências Biológicas ter sido indicado pelo Instituto Pasteur, de Paris, como centro de referência em *Yersinia* no Brasil; no que se refere à extensão de serviços à comunidade, a FCF mostra capacidade tanto para manter elevado o nível de atendimentos prestados desde há muito tempo como para se adequar a demandas emergentes com o engajamento na luta pelo controle da AIDS. (veja matéria abaixo).

PLANOS

Diante de um quadro favorável, o diretor da Faculdade, professor Lourival Larini, prevê os dois pontos fundamentais para serem atacados doravante. Primeiro, a curto prazo, é a formação de um corpo docente qualificado e próprio que consagrar definitivamente a FCF como uma instituição de ensino, de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade. A unidade possui hoje 71 professores. Destes, apenas cinco são professores titulares. A maioria está no início de carreira.

O segundo aspecto apontado pelo professor Larini é o término das obras da FCF no campus da UNESP de Araraquara. Um projeto que só será possível a partir da entrada dos recursos previstos no convênio que a UNESP celebrará com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Pela previsão de Larini, dentro de quatro ou cinco anos, a FCF conseguirá transferir para o campus todos os seus departamentos que hoje funcionam parte no campus e parte no centro da cidade.

FORMAÇÃO

A FCF introduziu, em 1982, alteração no seu currículo e passou a oferecer o curso de Farmácia Bioquímica com as modalidades "fármacos e medicamentos", "análises clínicas e toxicológicas" e "alimentos", eliminando o curso de Farmácia. Para enfrentar o mercado de trabalho em qualquer uma das três áreas, o aluno realiza

da AIDS. Mais de 16 municípios da região são atendidos por esse serviço. Nessa área foram realizados 1.023 testes.

Na área de toxicologia industrial a FCF tem prestado valiosos serviços à comunidade, particularmente à classe trabalhadora. Os serviços prestados já possibilitaram salvar a vida de inúmeros operários das indústrias poluentes — de pigmentos de tintas e vernizes, de couro e calçados, de baterias — que se encontravam expostos aos produtos químicos. Dependendo da concentração de poluente no organismo, o trabalhador deve, por lei, ser retirado do local de trabalho e encaminhado às autoridades médicas. O Labo-

uma maratona de 35 horas de aulas semanais. Na opinião do diretor da FCF o ritmo puxado do ensino com "muito pouca janela" é o fator decisivo do índice de evasão zero.

Para o presidente do Centro Acadêmico de Ciências Farmacêuticas CACIF, Jáimisson Dias de Alvarenga, o fato de não haver desistência durante o curso está relacionado com o sistema de ensino da FCF. O curso só começa a ser específico quanto à profissão a partir do quinto período. Assim o ciclo básico se torna motivo de perseverança para os alunos, explica o presidente do CACIF apontando uma outra questão: "Os estudantes de baixa renda que conseguem ingressar em universidade pública valorizam muito essa vitória". Desde a sua inauguração e até hoje já se formaram 648 farmacêuticos e 1.169 farmacêuticos bioquímicos.

C&T

Um outro destaque na atuação da FCF são os projetos de pesquisa que seus docentes desenvolvem. Entre outras, estão em andamento pesquisas nas áreas de Botânica, Fisiologia Vegetal de Plantas Medicinais, Cosmetologia, Tecnologia Farmacêutica, Nutrição, Microbiologia, Saúde Pública e Imunologia.

No momento o professor José Hamilton Ferreira Bueno, de Tecnologia Farmacêutica, trabalha para extrair do bagaço da cana-de-açúcar uma celulose purificada para uso farmacêutico. Basicamente o professor está transformando o bagaço numa celulose de alta pureza para ser aplicada na estruturação de uma série de fórmulas farmacêuticas, especialmente, na área dos comprimidos, como adjuvante de comprimidos e como adjuvante na preparação de suspensões farmacêuticas.

Na área de microbiologia, a pesquisa desenvolvida pela professora Deise Pasetto Falcão possibilitou a indicação, em 1980, do laboratório do Departamento de Ciências Biológicas da FCF como "Laboratório de Referência" em *Yersinia* (enterobactéria que causa infecções intestinais e diarreias) no Brasil, pelo Instituto Pasteur de Paris (laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde).

ratório de Análises Toxicológicas atende, ainda, através de convênio com a Secretaria do Estado de Segurança Pública, o setor forense, nas áreas de drogas psicotrópicas e de eliminação de tóxicos.

Uma pequena "indústria" farmacêutica é responsável pela produção de medicamentos básicos. Eles chegam à população carente através dos postos de saúde da Prefeitura ou da "farmacinha" instalada na própria Faculdade e que cobra preços extremamente inferiores aos de mercado. A produção de medicamentos da FCF atende também solicitações do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu.



O diretor, Lourival Larini



Laboratório: 163 tipos de testes



A FCF já formou 648 farmacêuticos e 1.169 farmacêuticos bioquímicos

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Campus de Araraquara
Rua Expedicionários do Brasil, 1621
CEP 14800 — Araraquara — SP
Fone: (0162) 32-1233 e 32-1165.

FUNCIONARIOS

Número total	134
--------------	-----

GRADUAÇÃO

CURSO	Nº ALUNOS
Farmácia Bioquímica	268
Modalidades:	
Alimentos e Nutrição	42
Análises Clínicas e Toxicológicas	54
Fármacos e Medicamentos	89
TOTAL	453

DOCENTES

TITULAÇÃO / REGIME DE TRABALHO	RDIDP	RTC	RTTP	TOTAL
Auxiliar de Ensino	15	—	—	15
Assistente	24	1	—	25
Assistente Doutor	16	2	—	18
Adjunto	8	—	—	8
Titular	5	—	—	5
TOTAL	68	3	—	71

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS/AREAS
Alimentos Tecnologia de Alimentos, Bromatologia e Análise de Alimentos, Fermentações
Análises Clínicas Bioquímica Aplicada, Citologia e Hematologia, Doenças Infecciosas e Parasitárias
Ciências Biológicas Microbiologia e Imunologia, Parasitologia, Higiene Social
Fármacos e Medicamentos Cosmetologia, Tecnologia Farmacêutica, Farmacotécnica, Física Industrial, Química Farmacêutica
Princípios Ativos Naturais e Toxicologia Farmacognosia, Farmacodinâmica, Toxicologia